



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE BIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E BIOMONITORAMENTO**

MARCELO FABIANE SILVA DO VALE

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA SERRA
DE JACOBINA EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO
DO ECOTURISMO ASSOCIADO À EDUCAÇÃO
AMBIENTAL.**

Salvador
2005

MARCELO FABIANE SILVA DO VALE

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA SERRA
DE JACOBINA EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO
DO ECOTURISMO ASSOCIADO À EDUCAÇÃO
AMBIENTAL.**

Dissertação de Mestrado submetida ao Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre em Ecologia e Biomonitoramento.

Orientadora: Prof. Dra. Sueli Almuiña Holmer Silva.

Salvador
2005

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

V149 Vale, Marcelo Fabiane Silva do.

Educação ambiental associada ao ecoturismo como instrumento para o desenvolvimento sustentável, Serra de Jacobina - BA / Marcelo Fabiane Silva do Vale. - 2005.

160 f. : il. + anexos.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Sueli Almuiña Holmer Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Biologia, 2005.

1. Educação ambiental - Jacobina, Serra de (BA). 2. Ecoturismo. 3. Desenvolvimento sustentável - Jacobina, Serra de (BA). I. Silva, Sueli Almuiña Holmer. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Biologia. III. Título.

CDU - 504

CDD - 304.2

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida.

À minha orientadora prof^a. Sueli Almuiña Holmer Silva, pela sua dedicação e paciência, pois sem ela o trabalho não estaria terminado

Aos meus pais por me ensinarem que a humildade e a persistência são as melhores armas para vencer os obstáculos que a vida nos impõe.

Aos funcionários Balduino Dias do (SRH) e José Carlos da Silveira (CRA), pela atenção dispensada durante a realização do trabalho.

Aos meus Irmãos pelo apoio dado nos momentos mais difíceis.

A Nadja Santana e Josemar Santana, pelo carinho e apoio dispensado durante todo o trabalho.

Ao funcionário da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do, Bonfim, Osvalmir Silva, pela colaboração nos trabalhos de campo.

A secretária do mestrado, Jussara, pela paciência dispensada.

A todos os colegas e amigos que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a realização deste trabalho, em especial a Silvana Maia.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a percepção da população dos municípios de Senhor do Bonfim, Pindobaçu, Antônio Gonçalves e Campo Formoso em relação ao meio ambiente na Serra de Jacobina, com vistas a fornecer subsídios para o planejamento e implementação do ecoturismo associado à educação ambiental numa perspectiva de sustentabilidade. Foram escolhidos três grupos amostrais, divididos em a) representantes de Associações de Moradores e Produtores Rurais, Associação de Comércio e Rede Hoteleira; b) Prefeitos; c) Instituições de Ensino, Órgãos Ambientais e ONG. A coleta de dados foi realizada por método qualitativo, empregando-se as técnicas de entrevistas e observação *in loco*. A análise dos dados possibilitou constatar que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos municípios com relação ao desenvolvimento econômico, investimentos estadual e federal na construção de barragens de grande porte e programas agropecuários poderão futuramente movimentar a economia da região, que passa por um período de estagnação. As atividades antrópicas realizadas ao longo da Serra de Jacobina, como a agropecuária (através de queimadas e do desmatamento) têm provocado impactos que interferem sobremaneira no meio ambiente da região. A educação ambiental constitui instrumento importante para sensibilização quanto aos problemas ambientais e a necessidade de conservação da Serra de Jacobina. Existe um consenso por parte dos entrevistados sobre as potencialidades turísticas da região, bem como sobre a associação da educação ambiental ao ecoturismo na ação para o desenvolvimento sustentável. Após a pesquisa, pôde-se concluir que o ecoturismo associado à educação ambiental pode vir a ser uma alternativa econômica para busca da sustentabilidade da região. No entanto, fazem-se necessárias pesquisas multidisciplinares, planejamento prévio e o estabelecimento de diretrizes para que o desenvolvimento turístico não venha a se tornar um agente a mais de degradação desse ambiente.

Palavras chave: Serra de Jacobina, Meio Ambiente, Ecoturismo, Educação Ambiental e Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This study had like objective to analyse the understanding of the population of Senhor do Bonfim, Pindobaçu, Antônio Gonçalves e Campo Formoso, in conection to environment in the Serra de Jacobina, with views to supply for the planning and carry of the ecological tourist associated to Environmental education in prospect of conservation. Three groups were choosen and divided in, a) Representative of residents' Association and Rural Producers, Trade Association and Chain hotel, b) Mayors; c) teaching Institutions, Environmental Offices and ONG. The collection of data was carried (full fill) for quantitative method, using the techniques: interviews and observation *in loco*. The analyses of the data cheked that in spite of the difficulties jaced with connection to economical development of the municipalities, state and federal investment in the construction of dams of big size and agricultural and programs may in the future to move the region's economy that goes throught regions for a (process) of inertia. The activities carried out along of the Serra de Jacobina, like. Agricultural ativity (through of the forest fire and deforestation) has caused impacts that interfere in the environment of this region. The Environmental Education is an important instrument for the move as for the (problems) environmental problems and the necessity of conservation of the Serra de Jacobina. There is a consent bit or bit interviewees about the existence of "potentials tourists" in the region., well like about the (existence of) "association" unite of Environmental Education to tourism ecological in the action for the supported development. After of the research we can conclude that the tourism ecological associated to Environmental Education can come can become an economical alternative in search of sustainable of the region. Nevertheless, is necessary previous planning and set up criteria for that the tourism development doesn't become an agent of degrading of this environment.

Word-Keys - Serra de Jacobina, Environmental, Ecotourism, Environmental Education e development sustainable.

SUMÁRIO

Resumo _____	vii
Abstract _____	viii
Capítulo 1 – Introdução _____	01
Capítulo 2 – Caracterização Sócio-Ambiental da Serra de Jacobina _____	05
2.1. Aspectos Físico-Naturais _____	05
2.2 Desenvolvimento Socioeconômico _____	10
2.3. Atividades Antrópicas _____	17
Capítulo 3 – Ecoturismo _____	32
3.1 Turismo e Meio Ambiente _____	32
3.2 Ecoturismo _____	37
3.3 O Ecoturismo como Ferramenta para a Conservação do Meio Ambiente _____	40
Capítulo 4 – Educação Ambiental _____	44
4.1 Marcos Históricos da Educação Ambiental _____	44
4.2 A educação Ambiental no Brasil _____	51
4.3 Concepção de Educação Ambiental _____	52
4.4 Educação Ambiental e Ecoturismo _____	58
Capítulo 5 – Desenvolvimento Sustentável _____	61
Capítulo 6 - Metodologia _____	67
6.1 Área de Estudo _____	67

6.2 Determinação das Amostras/Seleção dos Sujeitos _____	75
6.3 Coleta de Dados _____	78
6.4 Análise de Dados _____	79
Capítulo 7 – Entrevistas _____	81
7.1 Economia _____	81
7.2 Problemas Ambientais _____	89
7.3 Educação Ambiental _____	95
7.4 Potencialidades Turísticas _____	100
7.5 Ecoturismo Associado à Educação Ambiental _____	114
Capítulo 8 – Considerações Finais _____	118
Bibliografia Bibliográficas _____	122
Referências Bibliográficas _____	125
Apêndices _____	131
Apêndice A _____	132
Apêndice B _____	134

CAPITULO 1 - INTRODUÇÃO

Dados empíricos sobre alterações da ordem climática mundial mostram que a redução da camada de ozônio, o aquecimento global, a incidência crescente de chuva ácida, a contaminação das plataformas continentais, a destruição das florestas tropicais, as várias formas de poluição, a extinção massiva de espécies, os acidentes industriais e rodoviários e a desvitalização dos alimentos tornam indiscutível a existência de uma crise ambiental planetária na atualidade. Seus sintomas mais conhecidos e abrangentes figuram, com freqüência cada vez maior, nas páginas dos jornais, dos periódicos especializados e dos livros.

De forma geral, estes acontecimentos são resultado de um consumo irracional dos recursos naturais pela espécie humana ao longo dos séculos, basicamente nos dois últimos, em virtude da revolução industrial e do pensamento ocidental amplamente difundido que coloca os seres humanos acima e fora da natureza e seu bem estar como a única coisa que importa.

A lógica do mercado capitalista, que visa o consumo desenfreado como forma de lucratividade imediata, não se concilia com os propósitos da sustentabilidade. Funciona, de fato, como seu legítimo obstáculo. A literatura mostra que essa lógica de mercado causa concentração, centralização de poder e riqueza, gigantismo das empresas, burocracias governamentais, desemprego estrutural endêmico, e assimetrias econômicas entre países desenvolvidos e países não desenvolvidos, assim como desigualdades internas que atingem ambos, embora com maior intensidade nos países não desenvolvidos. Todos esses processos limitam a

liberdade e a independência dos indivíduos, inviabilizam a existência de uma democracia participativa, comprometem a conservação dos recursos naturais e multiplicam o exército de excluídos, vistos como cidadãos de segunda categoria.

Assim, mais do que inovações técnico – científicas (reciclagem, carros dotados de células de combustível, em vez de petróleo, entre outros) que busquem minimizar os efeitos das atividades humanas sobre o ambiente, é necessário um processo mais amplo, que promova uma compreensão mais realista do mundo. Não para negar a diversidade, mas para orientar o arbítrio individual, a formação da consciência humana, o processo de tomada de decisões e a construção da ação social de indivíduos e grupos.

Segundo Loureiro (2002), a educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Além disso, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade – natureza. Colabora desta forma, para a real transformação do quadro de crise ambiental em que vivemos. Constitui, por definição, elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza.

A educação ambiental por si só não é capaz de resolver todos os problemas derivados das atividades humanas no ambiente, mas em virtude de sua natureza

integradora, por seu caráter interdisciplinar e permanente, permeando diversas áreas do conhecimento, deverá estar associada ao desenvolvimento técnico – científico e a atividades economicamente sustentáveis. Estes, por sua vez, possibilitarão a implementação de ações que garantam a sustentabilidade, seja a nível global, regional ou local.

O ecoturismo caracteriza-se como uma atividade econômica que tem por base a utilização de ambientes naturais e culturais de maneira sustentável, promovendo o contato do ser humano com a natureza e a reflexão sobre a necessidade de sua conservação. Associado à educação ambiental, poderá gerar uma série de benefícios para locais que apresentem atributos naturais e culturais, como: geração de renda e emprego, contribuição para programas de conservação, desenvolvimento econômico dessas áreas e de comunidades vizinhas e a conscientização sobre o ambiente, tendo o turista um papel ativo e interativo nesse processo.

A Serra de Jacobina, localizada na microrregião de Senhor do Bonfim – BA, possui características bióticas e abióticas que influenciam de forma relevante no equilíbrio ambiental e na sobrevivência dos seres vivos que aí habitam, além de possuir uma exuberante beleza natural e cultural. No entanto, essa área vem passando por um processo de degradação ambiental em virtude das numerosas ações antrópicas a que está sujeita, a exemplo de aglomerações urbanas, queimadas, desmatamento, deposição de resíduos sólidos em locais inadequados e mineração. Isto ocorre, muitas vezes, devido à falta de orientação, sensibilidade com

relação ao ambiente e de condição econômica que proporcionem uma qualidade de vida adequada à maioria dos seres humanos que vivem nesta região.

Em virtude da importância, fragilidade e beleza natural dos ecossistemas presentes na Serra, há muito bastante degradados (a história de ocupação populacional da região, remonta a mais de 400 anos), a implantação do ecoturismo associado à educação ambiental pode vir se a constituir numa alternativa viável para a conservação e recuperação deste ambiente. A reflexão sobre a realidade, através de atividades e experiências que promovam o contato direto com o meio natural e cultural, poderá, abrir um campo de novas possibilidades de compreensão e autocompreensão no sentido de reposicionamento e compromisso dos sujeitos com a problemática ambiental da área. Possibilitará, assim, o estabelecimento de relações sociais e econômicas pautadas em atitudes responsáveis e benéficas para o ambiente.

Diante do exposto, o presente estudo se propõe a analisar a percepção da população dos municípios de Senhor do Bonfim, Pindobaçu, Antônio Gonçalves e Campo Formoso em relação ao meio ambiente na Serra de Jacobina, com vistas a fornecer subsídios para o planejamento e implementação do ecoturismo associado à educação ambiental numa perspectiva de sustentabilidade.

CAPITULO 2 – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DA SERRA DE JACOBINA

2.1 ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS

Esta região se caracteriza, predominantemente, pelo clima do tipo semi-árido e pela vegetação de caatinga, situando-se sobre um extenso planalto cortado por um complexo metamórfico conhecido como Serra de Jacobina, a qual está alinhada no sentido norte a sul com cerca de 220km de extensão e 6 a 10 km de largura no sentido leste a oeste. Alcança altitudes superiores a 1100m (VALE E CARVALHO, 1999) e compõe o relevo montanhoso da microrregião de Senhor do Bonfim, com escarpas abruptas , topo plano e canyons.

Localizada entre os municípios de Jaguarari, a norte, e Miguel Calmon, ao sul, é considerada como importante acidente geográfico, com características morfogenéticas e morfoclimáticas específicas, clima úmido a subúmido (THORNTHWAITE & MATER, 1995), com temperatura média anual de 24°C e pluviosidade variando entre 477,6 a 1129,3 mm/ano.

Segundo Tricart e Santos (1958), a altitude e o relevo íngreme da serra influem decisivamente na distribuição do regime de chuvas da região. As massas de ar vindas do leste ascendem nas escarpas, formando as chuvas orográficas. O solo espesso e a vegetação mais densa denunciam uma zona mais úmida no meio da caatinga, com papel importante na hidrologia da área. Para esses autores, se fossem derrubadas as

matas, um escoamento torrencial se desenvolveria, não somente erodindo os solos, mas modificando completamente as características climáticas da parte superior da bacia do Rio Itapicuru (alto Itapicuru). Em virtude de sua importância para a região, já na década de 50 os referidos autores atentavam para a necessidade de trabalhos voltados para a conservação da Serra de Jacobina.

Segundo Dias Neto (2005), essa unidade geomorfológica é responsável pela concentração e acúmulo das águas precipitadas gerando as nascentes que irão formar o rio Itapicurú (rio responsável pela bacia de mesmo nome).

O relevo da Serra de Jacobina é sustentado por quartzitos e metaconglomerados. Seus vales são profundamente entalhados, podendo chegar a desníveis de 400m. Adjacente à área serrana, tanto a Leste quanto a Oeste, o relevo se mostra ondulado, com altitudes entre 400 e 700m, formado em rochas granito – gnáissicas que compõem o embasamento da série metassedimentar da serra.

Essas formações rochosas, que formam escarpas abruptas e vales profundos, são cortadas por rios, córregos e riachos provenientes do afloramento dos lençóis freáticos à superfície no topo desta, os quais correm ao longo de suas formações, formando quedas d'água e cachoeiras. Os principais rios (Itapicuru, Itapicuru Açú, Itapicuru Mirim, Aipim, Água Branca, Fumaça, Caem, Paiaiá, Prata e Rio das Pedras) que correm na Serra, dão origem a importantes barramentos, como a Barragem do Aipim, a Barragem do Rio da Prata, a Barragem de Pindobaçu, e a Barragem de Santo

Antônio, as quais abastecem os municípios da região, a exemplo de Senhor do Bonfim, Jaguarari, Campo Formoso e Pindobaçu.

Situada em uma zona de ecótonos¹, a vegetação da área pode ser caracterizada por três tipos de cobertura vegetal distintos, os quais podem ser descritos, segundo classificação da Secretaria de Recursos Hídricos/Ba (1995), como: 1) refúgios ecológicos Montano, conhecidos também como campos rupestres (encontrados em altitudes acima de 900m acima do nível do mar), com uma vegetação de florística singular, a exemplo de orquídeas e bromélias, permitindo a formação de verdadeiros jardins de altitudes; 2) ecótono de floresta estacional, ocorrendo em altitudes entre 750 e 850m, e que se caracteriza por vegetação arbórea densa com árvores de grande porte de até cerca de 20m de altura, a exemplo do cedro, ingá, jequitibá e jatobá; e 3) caatinga arbórea, vegetação que se confunde com a caatinga e com uma vegetação arbórea densa, localizando-se na base da Serra de Jacobina, em altitudes entre 550 e 700m.

Os solos aí existentes podem ser classificados em três tipos básicos: a) solo litólico, que ocorre em altitudes acima de 800 metros. Possui uma textura que varia entre arenosa e cascalhosa, tem profundidade baixa em torno de 50cm e é derivada da decomposição do material rochoso aí existente;

¹Constituem regiões onde coexistem características fitofisionômicas e florísticas de mais de uma formação vegetal, ou seja, são zonas de transição, onde as condições naturais de solo, clima e relevo favorecem o seu aparecimento.

b) solo podzólico vermelho-amarelo, ocorre na porção leste da serra e é descrito pelo Plano Diretor de Recursos Hídricos (op. cit.) como sendo solo profundo, moderadamente a fortemente ácido, de baixa fertilidade natural; c) latossolo vermelho-amarelo, ocorre na base da porção oeste da serra, apresenta-se em sua maior parte com coloração amarelada e possui profundidade média de cerca de 2m.

De modo geral, os solos possuem boas condições físicas para o desenvolvimento das plantas e, em sua maioria, estão localizados em relevo plano, o que facilita a exploração agrícola, principal atividade de degradação da Serra de Jacobina.

Em relação à fauna, as pesquisas desenvolvidas na área privilegiaram o estudo de mamíferos e aves. As principais espécies de mamíferos podem ser representadas pelo: o tatu peba, (*Eupharactus sexcencetus*), o tatu verdadeiro (*Tolypentis Trincintus*), a paca (*Cuniculus paca*), o ouriço caixeiro (*Coendon prehensilis*), a raposa (*Lycolepex vetulus*) e o veado (*Mazama* sp).

Os rios, lagoas e brejos da região são bastante procurados pelas aves, sendo as principais o socó (*Buterides sytritus*), a lavadeira (*Fruvicola nengeta*) e o frango d'água (*Galilinula chioropus*). Também se encontram fora dessas áreas úmidas, aves, como: a sariema (*Cariama cristato*), a rolinha-fogo-pagou (*Scarfadello squammata*), o azulão (*Cyanocompsa cyanea*), o cardeal (*Paroaira dominicana*), a juriti (*Cloravis pretiosa*), a sabiá (*Turdis* sp.) e o nambu (*Crypturellis maculosa*).

Segundo estudo realizado por Vale & Carvalho (2001), grande parte das espécies desapareceram ou são raramente encontradas, em decorrência das atividades humanas na região. Estes mesmos autores, reforçados por trabalho de Dias Neto (op. cit.), denunciam a perda das matas ciliares, provocada pelo desmatamento e pelas queimadas que ocorrem freqüentemente na área.

2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Economicamente, a estrutura da região – Piemonte da Diamantina – caracteriza-se pela produção agrícola, especialmente a de grãos como o feijão e o milho; pelo comércio varejista; pela pecuária; com prevaência da criação extensiva de rebanhos bovinos e caprinos, ao longo das encostas da Serra de Jacobina, e de toda a área de caatinga conhecida também como pediplano sertanejo; e, pela mineração de ouro, pedras preciosas, cromo e calcário (Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia – SEI, disponível no site <http://www.sei.ba.gov.br>).

Segundo o perfil socioeconômico, elaborado pelo SEBRAE, em 2003, num passado quase distante a região foi considerada uma importante bacia leiteira. Produzia laticínios, carne e couro, possuindo grandes frigoríficos-matadouros, assim como fábricas de rações e de óleos vegetais, a exemplo da Cormasa, em Senhor do Bonfim. Este documento assinala que essa estrutura industrial considerável no passado, atualmente é por demais tímida, não se configurando grandes investimentos, exceto no segmento da mineração e/ou exploração mineral, a exemplo do cromo e calcário em Campo Formoso constituídos há muito tempo.

O quadro econômico da região é sofrível, com nítido empobrecimento das cidades, o que se verifica na queda significativa do Produto Interno Bruto, assim como da população, a exemplo de Senhor do Bonfim que de uma população de mais de 83 mil habitantes em 1991, passou a contar apenas com 67 mil pessoas, segundo censo realizado pelo IBGE (2000).

Este perfil socioeconômico revela também que atualmente não se registra evolução econômica nem demográfica, o que tem afetado o desempenho das prefeituras em todos os sentidos, especialmente com relação à educação, saúde e economia. Diversas hipóteses podem ser levantadas para explicar este fato, como o empobrecimento econômico experimentado pelas cidades, as constantes secas que vêm assolando a zona rural, a redução continuada dos investimentos públicos e a diminuição do emprego em todos os níveis e segmentos da economia.

Ao longo dos quase 400 anos de ocupação demográfica das encostas da Serra de Jacobina, diversos processos socioeconômicos na área, determinaram as formas dos espaços geoeconômicos. Como em todo o Nordeste brasileiro, a região de influência dessa serra caracteriza-se historicamente por processos de desenvolvimento extremamente desiguais.

A seguir, será apresentada uma síntese desses processos e de sua contribuição para a formação econômica dos municípios que se situam nas encostas da Serra de Jacobina.

Mineração de ouro e diamantes:

O ciclo da mineração de ouro e diamantes, que sucedeu ao ciclo econômico da cana-de-açúcar no Brasil, ao longo do século XVII, teve como consequência o desbravamento e a ocupação do planalto central do Brasil. Através do processo de

Entradas e Bandeiras, foram estabelecidas comunidades às margens dos rios, nas vertentes e nos altiplanos das serras auríferas.

As minas de ouro da Serra de Jacobina foram descobertas pelo bandeirante Robério Dias, no início do século XVII, o que provocou uma grande corrida de bandeirantes paulistas e portugueses à região. Além disso, numerosos e heterogêneos contingentes humanos se deslocaram para a região em busca do ouro fácil. Por volta de 1652, a mineração na Serra de Jacobina já ocupava cerca de 700 bateias, iniciando-se por esta época as atividades suplementares de criação de gado e de culturas agrícolas essenciais nos vales úmidos, como: feijão, mandioca, milho, fumo, cana-de-açúcar, café, algodão e arroz (PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO ITAPICURÚ, 1995).

Criação de gado:

A ocupação demográfica de todo o alto Itapicuru, onde está situada a Serra de Jacobina teve origem no povoamento da região por bandeirantes que, com levas de escravos negros e indígenas, seguiam as rotas das primeiras Entradas e Bandeiras que atingiram as minas de ouro de Jacobina e as margens do rio São Francisco.

A região nordeste do Estado da Bahia, incluindo as áreas do baixo e médio Itapicuru, fazia parte da Sesmaria da Casa da Torre, dos Garcia D'Ávila, pioneiros na criação extensiva de gado na região. A atividade pecuária, associada à atividade

agrícola de culturas de subsistência, possibilitou a ocupação e o povoamento de toda a região, a exemplo das cidades de Senhor do Bonfim e Campo Formoso.

Esse processo de ocupação, baseado na intensa exploração pecuária, praticada geralmente de forma extensiva, condicionou a formação da estrutura fundiária da região, caracterizada por uma forte concentração da posse e do uso da terra, ainda bastante expressiva nos dias atuais.

Expansão do sistema ferroviário:

A implantação do sistema ferroviário se deu a partir da metade do século XIX e início do século XX, criando as condições para um vigoroso ciclo de desenvolvimento da região.

A Viação Férrea Federal Leste Brasileiro chegou a ter um total de 2.245 km de linhas implantadas, servindo aos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco (sul) e Piauí (sudeste). Sua construção foi iniciada em 1860, partindo de Salvador e desenvolvendo-se em três direções: norte, noroeste e sudeste, interligadas na região central da Bahia.

A ferrovia possuía um importante ramal interligando Senhor do Bonfim a laço, a qual acompanhava a escarpa da Chapada Diamantina, atendendo uma área onde a mineração e a agricultura eram as principais atividades.

Desta forma, a implantação do sistema ferroviário possibilitou a expansão das atividades econômicas em toda a região, propiciando o crescimento de importantes

núcleos urbanos ao longo de seus trilhos, a exemplo de Senhor do Bonfim e Campo Formoso.

Ações governamentais de combate à seca:

As cidades do sopé da Serra de Jacobina localizam-se em regiões semi-áridas, sujeitas periodicamente ao fenômeno da seca. Os efeitos da seca têm provocado intervenções governamentais na região nordeste há mais de um século, através de políticas e ações de combate ao fenômeno. Essas ações têm-se constituído em importante fator para a formação socioeconômica da região e para o estabelecimento das relações de produção que condicionaram os atuais cenários sociais e econômicos.

O Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Itapicurú (1995) assinala que as primeiras ações governamentais de combate à seca foram registradas no período 1877-79, quando se verificou uma das maiores estiagens na região, com a morte de 150 a 200 mil nordestinos.

A partir dessas, outras ações foram realizadas, destacando-se as obras de construção de açudes, ampliadas com a construção de estradas e aeroportos. É importante ressaltar os investimentos nas primeiras atividades de piscicultura e reflorestamento e a implantação de postos agrícolas, dando início à etapa de estudos e ações específicas no campo da agronomia. Soma-se a estas intervenções, a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF e da

Comissão do Vale do São Francisco - CVSF, atual CODEVASF, nos anos de 1945 e 1948, respectivamente.

A partir da grande seca ocorrida em 1958 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, Banco do Nordeste do Brasil e transformado a Inspeção Federal de Obras contra as Secas - IFOCS em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. Neste período, o Estado passou a adotar políticas globais de combate à seca, ultrapassando os limites das intervenções hidráulicas e agronômicas, tendo como objetivo maior a inserção da economia nordestina no mercado nacional. Teve início a expansão da agricultura irrigada no Nordeste, com a criação do Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola - GEIDA.

Outras iniciativas e programas governamentais, ocorridos a partir dos anos 50, tiveram grande influência na promoção do desenvolvimento das regiões semi-áridas, como o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA, e o Projeto Sertanejo, para apoio ao desenvolvimento de áreas sujeitas às secas. Além destes, os programas emergenciais de combate à seca (com a criação das frentes de serviço para os flagelados, distribuição de água e de alimentos) e o PROINE - Programa de Irrigação do Nordeste.

Todas estas intervenções governamentais tiveram grande importância para a criação de infra-estrutura e a promoção do desenvolvimento sócio-econômico da região. A partir das ações de combate à seca foi implantada na região uma grande infra-estrutura de aproveitamento dos recursos hídricos, constituída por barragens e

açudes de grande e médio portes, projetos de irrigação, construção de poços tubulares e sistemas de abastecimento d'água.

2.3 ATIVIDADES ANTRÓPICAS

Tendo como referência os estudos realizados por Dias Neto (2005), Vale & Carvalho (2001) e o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Itapicuru (1995), as principais atividades antrópicas que contribuem de forma significativa para a modificação do meio natural da Serra de Jacobina serão brevemente caracterizadas a seguir.

Atividade Agropastoril

Esse tipo de atividade baseada na agricultura e pecuária, tem destruído boa parte da área dos ecossistemas naturais presentes na Serra. Isto se deve principalmente ao desmatamento e às queimadas predatórias (figura 3), largamente utilizadas na região, visando à ampliação de áreas para o processo produtivo agrícola, para formação de pastagens ou, até mesmo, para a retirada de lenha e madeira para carvão e serraria, esta última destinada à construção civil e movelaria (VALE & CARVALHO, 2001).



Figura 3. Área desmatada para plantio – município de Antônio Gonçalves.

Identificam-se pequenas áreas com cultivo convencional, onde aparece, sobretudo, a agricultura de subsistência (horta, plantio de feijão, mandioca, milho e frutíferas). Eventualmente, é possível perceber a utilização de técnicas agrícolas sofisticadas nas quais se utiliza a irrigação (fig.4).



Figura 4. Irrigação por aspersão – município de Campo Formoso.

Segundo Dias e Neto (2005), as atividades agrícolas ocorrem, em sua maioria, às margens dos rios, onde existem pequenas propriedades. A degradação é consequência da necessidade de obter boa colheita, o que é mais fácil em áreas próximas aos cursos d'água, e resulta da derrubada das matas ciliares, causando o assoreamento dos rios que cortam a região (fig. 5). Outro problema grave é que geralmente as embalagens dos agrotóxicos utilizados nas lavouras são lançadas ou enterradas próximos aos rios, ocasionando sua contaminação.



Figura 5. Desmatamento da mata ciliar para plantação – Barroca do Faleiro, município de Senhor do Bonfim.

Uma prática comum é o desenvolvimento da agricultura familiar às margens da rodovia estadual que liga Senhor do Bonfim aos municípios de Antônio Gonçalves, Campo Formoso e Pindobaçú especialmente entre as localidades de Campo Formoso e Antônio Gonçalves (figura 6).



Figura 6. Horta às margens da BA, entre os municípios de Campo Formoso e Antônio Gonçalves.

Atividades Mineiras

A Serra de Jacobina possui elevado potencial para a produção de minério e pedras preciosas, como a esmeralda, e metais raros, como o ouro. As atividades mineiras mais representativas, segundo Dias Neto (2005), correspondem ao garimpo de esmeraldas, o qual ocorre em Carnaíba, município de Pindobaçu, e em Socotó, município de Campo Formoso. Em Carnaíba, existem cerca de 900 garimpeiros que trabalham diretamente na produção e estão distribuídos em cerca de 60 serviços (Ribeiro, 1995). Já em Socotó, são cerca de 240 garimpeiros, distribuídos em 16 serviços (DIAS NETO, op. cit.).

Segundo dados da Superintendência de Geologia e Minas do Estado da Bahia-SGM, (1996), o garimpo de Carnaíba produziu entre 1970 e 1993 cerca de 383,74

toneladas de esmeraldas e berilos verdes, estimando-se um valor de 58 milhões de dólares. Enquanto o garimpo de Socotó produziu, desde o seu início em 1983 até 1993, cerca de 15,9 toneladas de esmeraldas e berilos verdes, cujo valor estimado é de cerca de 21 milhões de dólares.

Grande parte dos rejeitos sólidos produzidos pelo garimpo e pelas atividades domésticas dos garimpeiros vai parar no leito dos riachos e córregos que cortam a região onde estão instalados, poluindo as águas e causando mau cheiro (figura 7). Embora em Carnaíba exista uma estação de tratamento, construída pela Companhia de Engenharia Rural da Bahia - CERB, esta funciona precariamente, não conseguindo tratar o grande volume de resíduos que chegam até ela.



Figura 7. Riacho poluído, situado após estação de tratamento, no distrito de Carnaíba.

Desta forma, doenças provocadas principalmente pela falta de saneamento básico e educação sanitária são comuns, a exemplo de: diarreia, esquistossomose, dengue e leptospirose.

Além do garimpo de esmeraldas, também existe a exploração de cromo situado na porção ocidental da Serra de Jacobina, no município de Campo Formoso, e a exploração de ouro, nas imediações do município de Jacobina.

Todas essas atividades causam grande degradação na Serra, seja pela abertura de grandes crateras para a exploração do cromo, seja pelas condições sociais e econômicas existentes nos garimpos de esmeralda, com destaque para os rejeitos lançados nos riachos e córregos da região. Somam-se a esses impactos, os resultantes da exploração do ouro, em consequência da abertura de grandes áreas na mata, ou da utilização descontrolada do mercúrio nos garimpos, os quais representam sérios problemas ambientais.

Segundo Relatório Técnico de Avaliação da Qualidade das Águas (CRA, 2000), foi detectada a presença de mercúrio em pontos de amostragem situados entre Senhor do Bonfim e Jaguarari, com valor próximo ao limite estabelecido pela Resolução Nº 20/86 do CONAMA.

Saneamento Básico

Impulsionados pela criação da rede ferroviária, no início do século XX, os municípios de Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves, Pindobaçú, Saúde, Caém, Jacobina, entre outros, cresceram desordenadamente em torno das atividades mineiras ou das atividades agropecuárias, apresentando atualmente problemas semelhantes de saneamento básico.

Segundo o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicurú (1995), o saneamento básico, de uma forma geral, compreende as atividades ligadas ao abastecimento de água, à coleta, ao tratamento e disposição final de esgotos sanitários, a limpeza pública e a drenagem de águas pluviais.

As condições de saneamento em toda a região da Serra de Jacobina se apresentam bastante precárias, com baixos índices de abastecimento domiciliar de água potável e a quase total ausência de sistema de esgotamento sanitário, especialmente nas zonas rurais.

Dias Neto (op. cit) afirma que o esgotamento sanitário é praticamente inexistente nos municípios da região, refletindo uma situação que é geral em todo o nordeste. Apenas as sedes municipais de grande porte, a exemplo de Senhor do Bonfim e Jacobina, dispõem de redes públicas de coleta em pequena extensão, e em áreas restritas da zona urbana.

Entre as alternativas utilizadas pela população para a eliminação dos dejetos produzidos, já que a maioria dos núcleos urbanos da área não possui rede coletora, encontram-se fossas sépticas individuais, com sumidouro, nas áreas de maior poder aquisitivo; fossas sépticas individuais, com lançamento do esgoto nas vias públicas ou nas redes de drenagem pluvial quando existem; e, lançamento direto dos esgotos na rede de drenagem pluvial, nas vias públicas e nos terrenos baldios.

A limpeza pública nos municípios da região, em sua totalidade, é de responsabilidade das prefeituras e, nas cidades maiores, consiste basicamente de varrição, coleta manual e transporte em caçambas e carros de lixo apropriados (figuras 8 e 9). Nos municípios menores, o transporte é realizado por carroças e por fim, o lixo é lançado em áreas degradadas próximas às zonas urbanas e rodovias estaduais, nos conhecidos “lixões” (figuras 10).



Figuras 8. Coleta de lixo no Povoado de Bananeiras – município de Pindobaçu.



Figura 9. Caminhão coletor de lixo – município de Senhor do Bonfim.



Figura 10. Área de despejo de lixo a céu aberto “lixão” no município de Senhor do Bonfim.

Devido à falta de saneamento básico e de rede de tratamento de esgoto adequada nos municípios existentes ao longo da Serra de Jacobina, os dejetos (provenientes de rejeitos domésticos, comerciais ou industriais) chegam “in natura” aos mananciais que atravessam os municípios, poluindo os córregos, riachos e rios da região, como é o caso do Riacho do Alambique, na cidade de Senhor do Bonfim (figura 11). Este cenário, associado aos elevados níveis de assoreamento dos rios, agrava ainda mais o quadro de degradação do corpo receptor (Dias Neto, op. cit.).



Figura 11. Despejo de esgoto no Riacho do Alambique no município de Senhor do Bonfim.

Barragens

A construção de barragens, especialmente as de grande porte, produz um impacto profundo sobre o meio natural. Os níveis freáticos e o regime dos rios são modificados; é criado um lago artificial; os desníveis da água entre montante e jusante criam gradientes hidráulicos elevados; as formações geológicas, saturadas pelo represamento, passam a ter um comportamento diferente; as populações ribeirinhas são alocadas para outras áreas que não as de origem; e, por fim, a própria paisagem natural é modificada.

Os rios que cortam a região se constituem em cursos d'água intermitentes, com regime hídrico característico de regiões semi-áridas. Apresentam-se cheios durante o período anual de chuvas, permanecendo com vazão durante cerca de 6 a 8 meses, e secos o resto do tempo. Nestas condições, em períodos mais prolongados de estiagem, os rios locais secam, tornando crítico o abastecimento humano e animal. Supre-se essa escassez através de carros pipa, de alto custo operacional.

Na tentativa de armazenar água para abastecimento das comunidades locais, dessedentação dos rebanhos e, a depender do volume, para a irrigação de pequenas lavouras nas margens e a jusante dos reservatórios, é comum nesta região a construção de diversos barramentos (figura 12) de pequeno e médio porte. Estes apresentam altura variando entre 1,00m e 5,00m. São construídos em alvenaria ou em concreto, pela prefeitura e/ou particulares, sem qualquer controle e, às vezes, sem projetos, o que ocasiona diversos problemas como rompimento de ombreiras, eutrofização e assoreamento.



Figura 12. Barragem de pequeno porte, Rio Aipim – município de Pindobaçu.

Além dos barramentos menores, o governo do Estado da Bahia, em convênio com o Banco Mundial, através do Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos/PGRH, vem implantando na região ao longo da Serra de Jacobina diversos barramentos de grande porte, como a Barragem de Pindobaçu (Figura 13), Barragem do Aipim (Pindobaçu) e, futuramente, a Barragem da Barroca do Faleiro (Senhor do Bonfim). Essas intervenções visam perenizar o rio Itapicurú, já que este é considerado de fundamental importância para a região.



Figura 13. Vista parcial do lago da barragem de Pindobaçu, em construção (Fevereiro de 2005).

Queimadas

Não obstante a proporção dos danos que as atividades antrópicas anteriormente caracterizadas causam ao meio natural da Serra de Jacobina, é preciso ressaltar o

problema das queimadas que ocorrem com freqüência neste ambiente, especialmente durante o período de estiagem (fig.14).



Figura 14. Área destruída após incêndio – município de Senhor do Bonfim.

As queimadas, consideradas neste trabalho como uma forma fria e cruel de ataque à biodiversidade da Serra de Jacobina, realizadas de forma primitiva e sem controle, vêm causando ao longo de mais de 400 anos de exploração mudanças radicais no meio natural ao longo de toda a Serra. Os ecossistemas caracterizados por uma biodiversidade exuberante, hoje constituem áreas agrícolas de pastagem, onde se plantam principalmente o capim braquiara ou culturas de subsistência, como milho, feijão e mandioca. Em áreas que apresentam pouca qualidade para o plantio, como as bastante inclinadas, sujeitas à erosão e com solos de baixa qualidade, as comunidades clímax são substituídas, de forma geral, pela jurema preta e pelo vilão, espécies primárias que normalmente se desenvolvem em áreas degradadas.

Além de causarem a perda dos habitats naturais na Serra, as queimadas (figura 15) causam diversos transtornos à população da área, especialmente os de natureza respiratória. Num dos mais graves incêndios ocorridos nos últimos anos, na área entre a Serra do Catuní, município de Jaguarari, e a Serra de Santana, município de Senhor do Bonfim, o fogo queimou durante oito dias, sendo necessário requisitar a Brigada de Incêndio do Corpo de Bombeiros do município de Juazeiro (situado a cerca de 100km), já que a região não dispõe de homens treinados para esse tipo de ocorrência.



Figura 15. Foco de incêndio na Serra de Jacobina, próximo ao município de Campo Formoso.

Na tentativa de controlar a agressão ao meio natural em algumas propriedades ao longo da serra são encontrados avisos com o objetivo de inibir tal prática, principalmente no que se refere à caça e pesca predatória (Figura 16).



Figura 16. Aviso comumente encontrado em algumas propriedades ao longo da Serra de Jacobina.

CAPÍTULO 3- ECOTURISMO

3.1 TURISMO E MEIO AMBIENTE

O turismo, como qualquer outra atividade econômica influenciada pelo advento da revolução industrial, propiciou a intensificação da apropriação e exploração do meio natural na busca do lucro imediato, trazendo consigo conseqüências que se mostraram extremamente negativas e danosas. No que toca ao ambiente, as conseqüências recaíram sobre a estrutura social e econômica das populações anfitriãs, assim como sobre a qualidade ambiental dos destinos turísticos.

A atividade turística teve seu apogeu entre as décadas de 50 e 60, principalmente com relação ao incremento das viagens internacionais. Esse fenômeno se evidenciou, notadamente, após a segunda guerra mundial, com o restabelecimento do equilíbrio geopolítico, o surgimento de novos padrões culturais e de consumo, o desenvolvimento da infra-estrutura pública e os avanços tecnológicos advindos do esforço bélico, então incorporados pela sociedade civil nas mais diversas áreas.

Dois fatores contribuíram para o desenvolvimento do turismo e explicam sua expansão a partir daí. O primeiro, foi o notável desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, principalmente, no que se refere ao aperfeiçoamento da aviação civil, o que resultou na ampliação das possibilidades de locomoção. Em relação à comunicação, os avanços na área de telecomunicação e nos demais meios,

possibilitou a ampla difusão de informações e conhecimentos. O segundo, se refere ao crescimento da economia mundial e, com ele, a emergência de segmentos sociais beneficiários do processo desenvolvimentista imprimido pelas nações ocidentais do primeiro mundo, além das conquistas trabalhistas verificadas na época. Tais segmentos passaram a ter condições para o consumo de bens e serviços, antes privilégio das elites.

Esses fatores foram decisivos para o crescimento do turismo como negócio organizado com fins comerciais, em meio a outros florescentes segmentos da atividade industrial. Isto lhe garantiu, em pouco tempo, uma difusão geográfica e proporções mercadológicas que o tornaram um fenômeno de notável repercussão social e econômica.

Inicialmente, os impactos ao meio ambiente decorrentes do turismo de massa não eram tão evidentes. Tanto é verdade que, em termos de desenvolvimento econômico, somente se considerava seu aspecto positivo. O Banco Mundial e as Nações Unidas, por exemplo, o promoviam nos países pobres, concebendo-o como agente promissor do desenvolvimento econômico. A empolgação ante as possibilidades de desenvolvimento econômico trazidas pela atividade turística era tão grande que as Nações Unidas declararam o ano de 1967 como sendo o Ano Internacional do Turismo.

Esse período consolidou uma ideologia triunfal do turismo, enquanto atividade limpa e não poluente que substituiria as indústrias poluidoras. Não se considerava que o turismo, enquanto atividade econômica dependente do meio natural estaria sujeito às

limitações por este impostas, visto que os recursos utilizados para a atividade turística, em sua maior parte, não são renováveis. A busca, a qualquer custo, da geração de renda, em detrimento dos recursos naturais e em benefício dos grandes capitais envolvidos na crescente indústria turística internacional, incorporou ao turismo características do capitalismo: explorar e expropriar os recursos ambientais para obtenção de capital.

Acompanhando a tendência do modelo capitalista, o turismo se desenvolveu como uma atividade com características massivas que consumia, de forma imediata, os bens e recursos das áreas turísticas. No entanto, os problemas decorrentes da atividade turística não atingiam diretamente o turista, que retornava a seu local de origem, mas afetava profundamente a população das localidades receptoras.

Como afirma Pires (2002), um conjunto de problemas foi gerado pela massificação do turismo: expropriação e ocupação violenta do território por parte das forças e agentes turísticos; especulação imobiliária e da terra; expulsão e marginalização de populações locais; ruptura dos valores culturais e desequilíbrio da economia local; degradação de culturas tradicionais; manipulação da memória e da herança coletiva; violação de lugares sagrados; segregação étnica; formação de “guetos” turísticos; desvios de comportamento e prostituição de mulheres e adolescentes; comportamento grosseiro e insensível de turistas nos destinos estrangeiros; poluição e destruição do meio natural; imperialismo econômico de corporações transnacionais; neocolonialismo; evasão de divisas para o exterior; fenômenos de crescimento populacional e urbano desordenado; falta de serviços públicos, entre outros impactos ambientais.

Esses problemas resultaram na deterioração da qualidade de vida humana e do meio ambiente. Nesse sentido, não somente transformou o aspecto físico das zonas turísticas, mas também gerou graves impactos ecológicos: destruição de ecossistemas, diminuição da quantidade e qualidade da água, empobrecimento e contaminação dos solos, extinção de muitas espécies da flora e da fauna.

Conseqüentemente, em meados dos anos 70, algumas instituições e organismos ligados ao turismo, bem como observadores e estudiosos da área começaram a empreender os primeiros estudos que alertavam para os problemas ambientais causados por esse tipo de atividade. Isto ocorreu em virtude da conscientização quanto aos problemas gerados pelo turismo de massa que, para Ruschmann (2001, p. 110), é *“caracterizado por um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano”*, constituindo-se numa atividade agressiva ao meio ambiente.

Nesse momento, surgem as primeiras manifestações contra os impactos negativos do turismo de massa no meio ambiente e questões como custo/benefício do turismo para a sociedade, a economia e o meio natural passam a ser consideradas, inclusive em eventos nacionais e internacionais. Pesquisas realizadas por técnicos das mais diversas áreas foram divulgadas em publicações especializadas. Somavam-se a essa problemática a intensificação da crise ambiental e o aumento da consciência ecológica das populações, tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento. Isto culmina, no final dos anos 80, com o surgimento do “turismo alternativo” resultado de uma mudança nos valores e hábitos das populações. Essa

nova postura resultou da busca das pessoas por melhor qualidade de vida, o que incluía ambientes saudáveis, emoldurados por natureza exuberante.

Nas palavras de Wearing e Neil (2001, p.2),

O turismo alternativo é oposto ao que é visto como negativo ou prejudicial no turismo convencional: caracteriza-se pela tentativa de minimizar o visível impacto ambiental e sócio-cultural negativo das pessoas em férias, promovendo abordagens radicalmente diferentes em relação ao turismo convencional.

O surgimento desse novo tipo de turismo foi favorecido pelos seguintes fatores:

a) o despertar da consciência ecológica; b) a necessidade das pessoas encontrarem alternativas de lazer diferentes das praticadas nas grandes cidades; c) uma aproximação maior de formas simples de vida, em contraposição à complexidade da vida moderna nos grandes centros urbanos; e, d) a busca constante das pessoas por uma melhor qualidade de vida, que se traduz em uma maior interação com o mundo natural.

É oportuno observar que as posturas e atitudes de repulsa e desaprovação ao “turismo de massas”, assumidas por muitas comunidades das regiões turísticas por ele atingidas, não negaram nem descartaram a importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico e de promoção de seu bem-estar social. No entanto, parte dessas comunidades manifestou-se favorável à viabilização de um desenvolvimento turístico saudável e benéfico.

Esses fatos culminaram com o delineamento e amadurecimento de idéias e conceitos sobre a nova proposta, a qual deveria ser coerente com a preservação dos valores culturais e a conservação dos recursos naturais das localidades receptoras e integrar visitantes e anfitriões por meio do compartilhamento de experiências mutuamente benéficas.

3.2 ECOTURISMO

O ecoturismo pode ser definido como uma “viagem responsável que conserva o meio natural e cultural, mantendo o bem-estar da população local”. Praticado em pequenos grupos que não deixam indícios de terem visitado uma área, procura respeitar e manter o mais intactas possíveis, as relações existentes nos ecossistemas.

Para Lindberg e Hawkins (1999, p.18), ecoturismo "é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética". Logo, o ecoturismo se constitui em uma nova forma de atividade turística, não cabendo a este o desígnio de turismo apenas voltado para a natureza, devendo ser encarado como uma nova prática social e econômica que busca, através de suas atividades, o desenvolvimento sustentável das áreas geográficas onde é desenvolvido. Tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações receptoras ao mesmo tempo em que conserva os recursos e o meio ambiente.

O *boom* do ecoturismo no mundo das viagens é tão grande, que pode ser comparado a um *tsunami*. No entanto, suas raízes fincam-se muito mais em uma origem evolutiva que revolucionária. O ecoturismo encontra na natureza o seu maior atrativo.

Segundo Pires (op. cit., p.63),

O ecoturismo despontou justamente no espectro de alternativas do turismo de massas, incorporando naturalmente em sua concepção todos os princípios do turismo alternativo, adquirindo identificação própria ao buscar na natureza sua fonte maior de inspiração, afirmando-se como uma das mais importantes opções de turismo alternativo da atualidade.

O crescimento do ecoturismo é tão grande que hoje, em todo o mundo, já existem destinos ecoturísticos que oferecem um elevado número de projetos e atividades relacionados com a interação ser humano-natureza. Muitas vezes é confundido com termos e expressões considerados sinônimos ou explicativos, como: turismo de natureza, turismo sustentável, turismo rural, turismo de aventura, turismo verde, que até compartilham alguns conceitos gerais, mas não são exatamente sinônimos.

Diferente do turismo tradicional, o ecoturismo consegue agregar valor ao seu produto (o atrativo natural e sócio-cultural). Ao incluir a população local no modelo econômico sustentável, não apenas como instrumento operacional dos serviços turísticos, mas como objeto do desenvolvimento, possibilita o estabelecimento de uma nova organização produtiva e social, a qual permite melhorar a qualidade de vida dessa população e articular relações sociais de cooperação e solidariedade humana. Conseqüentemente, o visitante consciente da problemática ambiental do planeta o

valorizará e o disfrutará em sua exata dimensão, enquanto que o visitante alheio a essa problemática se surpreenderá ao sentir-se contribuindo para o desenvolvimento sustentável da área turística visitada. Esta ganhará com a entrada de recursos monetários, conservação de sua biodiversidade, manutenção de seu acervo cultural, melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e gozará do prestígio e promoção que lhe concede um visitante satisfeito (EJZMAN,2001).

Nesse sentido, verifica-se que o ecoturismo é mais que a promoção de um cenário ou a tentativa de salvar da extinção determinada espécie. Propõe o desenvolvimento sustentável de regiões que possuam escassas alternativas para outro tipo de atividade produtiva, gerando recursos que contribuam para a real proteção dos ecossistemas. Isto será possível através de modificações nos processos produtivos e nas relações sociais que deterioram a natureza. Estas serão substituídas, por outras atividades que busquem o desenvolvimento econômico e social, em harmonia com o manejo responsável do meio ambiente, em cujo centro está o bem-estar do ser humano.

Embora as práticas ecoturísticas não sejam novas, pois o homem contempla a natureza, os animais, a beleza da paisagem, o silêncio e as cores do campo há muito tempo, é distinta a natureza econômica das atividades turísticas realizadas hoje. Ou, como diria Marx, é a transformação de uma atividade que tinha valor de uso para uma que possui valor de troca.

Assim, para Coriolano (2002, p.51):

o ecoturismo ressurgiu como uma atividade econômica do mundo moderno, que pode degradar, mas que pode, também ser uma forma de conservação ambiental; depende da forma como for implementado. Daí ser uma atividade que só deve ser realizada em compromisso com a natureza e com a responsabilidade social.

Diferente do turismo tradicional, o ecoturismo requer pouco investimento em infraestrutura e alto investimento em capacitação, conhecimento, organização e informação. Ferreti (2003) aponta que o interesse crescente pelo ecoturismo envolve bilhões de dólares todos os anos e que essa atividade utiliza os recursos e a mão de obra do local, levando ao engajamento da população e ao incentivo de projetos adequados para o meio ambiente, tornando-se atraente para os países em desenvolvimento.

Segundo Lindeberg et. al. (2002), o Quênia lucra cerca de 500 milhões por ano com o turismo. Os recursos diretos e indiretos são responsáveis por cerca de 10% do produto nacional bruto. A renda proveniente do turismo, gerada a partir da extensa rede de áreas protegidas da África Oriental, representa a maior fonte de rendimento da região. A Costa Rica gerou 336 milhões de renda com o turismo, em 1991, e registrou um aumento de 25% em relação aos três anos anteriores. O turismo de natureza é a força motriz das economias de muitas ilhas tropicais do Caribe, Pacífico e Índico. O ecoturismo deu a Ruanda e Belize um lugar de destaque no mapa.

3.3 O ECOTURISMO COMO FERRAMENTA PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

O ecoturismo pode contribuir para a conservação ambiental através de: a) contribuições financeiras; b) aperfeiçoamento do planejamento e do gerenciamento ambiental; c) desenvolvimento de consciência ambiental; d) proteção e conservação dos ambientes naturais; e) criação de alternativas de emprego e f) estabelecimento de limites à visitação em áreas que apresentam ecossistemas frágeis.

Contribuições financeiras

O ecoturismo pode contribuir diretamente para a conservação do meio natural e para a recuperação de áreas degradadas através das rendas obtidas com a cobrança de taxas turísticas ou outras formas diretas de contribuição. Estas poderão ser utilizadas especificamente para custear o gerenciamento e a recuperação e proteção das áreas com alto risco de degradação ambiental.

O Estado também pode arrecadar contribuições financeiras, das mais variadas formas, de toda e qualquer atividade turística, mesmo que algumas não estejam diretamente relacionadas aos parques ou atividades de conservação. Há impostos e taxas, licenças para o exercício de diversas atividades que possibilitarão aos governos o gerenciamento dos recursos naturais a serem utilizados pelo turismo.

Planejamento e gerenciamento ambiental

A gestão das instalações turísticas, particularmente *resorts*, hotéis e pousadas, pode aumentar os benefícios para as áreas naturais. No entanto, faz-se necessário um cuidadoso planejamento para controlar o desenvolvimento, baseado em análises dos recursos ambientais da área. Segundo Dias (2003), quando o planejamento ocorre no início do desenvolvimento turístico, as falhas e os erros que poderiam custar caro podem ser prevenidos, evitando-se a deterioração gradual do patrimônio ambiental, que é imprescindível para manter o fluxo turístico, por ser seu principal atrativo.

Desenvolvimento de consciência ambiental

O ecoturismo pode contribuir para que as pessoas compreendam melhor as questões ambientais, ao propiciar um contato mais próximo com o meio natural. Esse contato aprimora a percepção, eleva a consciência do valor da natureza e faz com que elas adotem comportamentos e atitudes ambientalmente corretas quanto à conservação do meio ambiente.

Proteção e preservação dos recursos naturais

Segundo Dias (2003), o ecoturismo poderá contribuir de forma significativa para a proteção ambiental, conservação e restauração da diversidade biológica e para o uso sustentável dos recursos naturais. Os locais naturais são considerados de valor inestimável para o desenvolvimento de atividades turísticas e a necessidade de mantê-los preservados pode levar à criação de Unidades de Conservação e de outras áreas

de preservação ambiental nos vários níveis de organização do estado - municipal, estadual e federal.

Geração de empregos alternativos

O ecoturismo pode gerar formas alternativas de desenvolvimento econômico local contribuindo para a conservação do meio natural. Por exemplo, pessoas que se dedicavam a atividades predatórias tornam-se guias turísticos, contribuindo assim para a conservação da natureza.

Estabelecimento de medidas de controle

Medidas de controle contribuem para conter os impactos negativos no meio ambiente ajudando a manter a integridade e a vitalidade do local, a exemplo do controle das atividades turísticas e do movimento de visitantes em determinadas áreas.

CAPITULO 4 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

4.1 MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A revolução industrial iniciada no século XVIII possibilitou o crescimento econômico, abriu a perspectiva de geração de renda e de melhor qualidade de vida da sociedade. Por outro lado, propiciou o consumo exacerbado dos recursos naturais e pôs em cheque o equilíbrio natural dos ecossistemas necessários à manutenção da vida sobre a Terra. Estes ficaram a mercê do livre-arbítrio e da boa vontade do ser humano, cujas guerras, produção e consumo efêmeros e predatórios ameaçam o patrimônio natural e cultural Pilon (2005).

Até os anos 60 do século XX, a sociedade humana ainda não se dava conta de que o desenvolvimento econômico e tecnológico advindo da revolução industrial contribuiu demasiadamente para a destruição de sua própria base de sustentação, que é a natureza. Dessa forma, os problemas gerados a partir da relação homem-natureza eram discutidos num enfoque ainda muito restrito, principalmente por especialistas e em alguns poucos eventos de repercussão reduzida.

Só a partir daí as entidades ambientalistas passaram a se organizar – surgindo, inclusive, as primeiras ONGs de cunho ambiental - e a alertar para os problemas gerados pelo consumo exacerbado dos recursos naturais. Além disso, a publicação de “trabalhos-denúncia” como o livro *Primavera Silenciosa* (1962), da bióloga Rachel

Carson, que alertava sobre os problemas ambientais gerados pela utilização indevida de pesticidas químicos, fizeram com que a questão ambiental ganhasse o status devido e passasse a fazer parte das preocupações dos mais diversos setores da sociedade.

Face à grande repercussão causada, esse livro tornou-se o marco referencial da temática ambiental no mundo. Fez com que os problemas ambientais fossem incluídos nas inquietações políticas internacionais, bem como propiciou um novo impulso ao movimento ambientalista mundial que promoveu, a partir daí, uma série de eventos que delinearam sua história.

Em 1972, foi publicado pelo Clube de Roma (grupo formado em 1968 por trinta especialistas de diversas áreas), o relatório *Os limites do crescimento*, que estabeleceu modelos globais, baseados nas técnicas pioneiras de análise de sistemas e projetados para prever como seria o futuro se não houvessem modificações ou ajustamentos no modelo de desenvolvimento econômico adotado. Segundo Reigota (1994), apesar desse relatório ter sido alvo de muitas críticas, principalmente dos intelectuais latino-americanos, que liam nas entrelinhas a indicação de que para se conservar o padrão de consumo dos países industrializados, era necessário controlar o crescimento da população nos países pobres, seu mérito principal foi ter colocado o problema ambiental em nível planetário.

No mesmo ano, as Nações Unidas realizaram, em Estocolmo, na Suécia, a primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano. Esse evento reuniu 113 países com o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios comuns que

servissem de inspiração e orientação à humanidade para a conservação e melhoria do ambiente humano.

Decisiva para o surgimento de políticas voltadas à gestão ambiental, a Conferência de Estocolmo gerou a “Declaração sobre o Ambiente Humano”, estabeleceu um “Plano de Ação Mundial” e, em uma de suas resoluções mais importantes, recomendou que se deveria educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais. Reconhecia, dessa forma, a Educação Ambiental como elemento estratégico para o combate à crise ambiental.

Como consequência da conferência de Estocolmo, diversos seminários e encontros internacionais (que geraram um grande número de textos, artigos e livros) foram realizados. Entre eles, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres (1973), a Convenção Internacional para Prevenção da Poluição pelos Navios (1973), a Conferência Alimentar Mundial (1974), a Convenção sobre a Proteção da Natureza no Pacífico Sul (1976), a Conferência das Nações Unidas sobre Água (1977), a Conferência das Nações Unidas sobre a Desertificação (1977), a Conferência Mundial sobre o Clima (1978), a Convenção sobre a Conservação da Fauna e da Flora Marítimas da Antártida (1980). Dentro dessa temática, merecem menção os encontros realizados em:

- Belgrado, Iugoslávia (1975) - essa reunião, com especialistas de 65 países, definiu os objetivos da educação ambiental (segundo os quais, a mesma deveria ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os

interesses nacionais), publicados no documento que ficou conhecido como a Carta de Belgrado. Esse documento também alertava sobre as disparidades entre países ricos e pobres e expressava a necessidade de uma nova ética global que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana.

- Tbilisi, Geórgia (ex-URSS), em 1977 - essa conferência reuniu especialistas de todo o globo para discutir propostas elaboradas em vários encontros sub-regionais promovidos em todos os países acreditados pela ONU. Contribuiu para precisar a natureza da Educação Ambiental, definindo seus princípios, objetivos e características e formulando recomendações e estratégias pertinentes nos planos regional, nacional e internacional.
- Moscou, Rússia, em 1987 – teve o intuito de analisar as conquistas e dificuldades encontradas pelos países no desenvolvimento de medidas referentes à questão ambiental, principalmente a educação ambiental.

No mesmo período, foi publicado em várias línguas o livro *O Nosso Futuro Comum*, que ficou conhecido como relatório Brundtland (homenagem à primeira ministra norueguesa Gro-Brundtland, que presidia a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD). Esse documento trata de preocupações, desafios e esforços comuns relativos à busca do desenvolvimento sustentável. Também forneceu subsídios para a realização da ECO-92, no Rio de Janeiro.

- ECO-92, Rio de Janeiro (Brasil) – com a participação de representantes de 170 países, essa conferência reafirmou as premissas de Tbilisi e Moscou. Acrescentou a necessidade de concentração de esforços para a erradicação do analfabetismo ambiental, e para a capacitação de recursos humanos para a área. Segundo Reigota (1994), a principal característica desse evento foi a mudança na concepção de meio ambiente, a qual passou de uma visão centrada na relação homem/natureza, para um enfoque pautado também pela idéia de desenvolvimento econômico, social e político.

Essa conferência teve como principais objetivos: a) examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo; b) identificar estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às questões ambientais; c) recomendar medidas a serem tomadas, tanto nacional quanto internacionalmente, referentes à conservação ambiental, através da política de desenvolvimento sustentável; d) promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental internacional; e) examinar estratégias de promoção do desenvolvimento.

Segundo Dias (2001, p. 50), na ECO – 92, reconheceu-se a insustentabilidade do modelo de “desenvolvimento” então vigente. O desenvolvimento sustentável, apresentado no relatório Brundtland, passou a ser visto como o novo modelo a ser buscado. Foi estabelecida a Agenda 21 como um plano de ação para a sustentabilidade humana e definida a educação ambiental como a estratégia de promoção desse novo modelo de desenvolvimento.

- Rio+10 – Johannesburgo (2002) – esse encontro, denominado “*Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*”, teve a participação de 193 países (105 deles representados por sua autoridade máxima), 8 mil ONGs, 4 mil jornalistas, 7200 delegados oficiais e cerca de 40 mil participantes, discutindo as principais questões sócio-ambientais globais (DIAS, 2004, p.33).

Foram produzidos dois documentos: a Declaração de Johannesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável e o Compromisso de Johannesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável. Desses documentos resultou o Plano de Implementação da Agenda 21, que estabeleceu os objetivos a serem alcançados para a concretização do desenvolvimento sustentável, socialmente justo e ecologicamente saudável.

Segundo Dias (2004), foram eleitas como prioridades da Agenda 21: água e saneamento, biodiversidade, energia, saúde, agricultura. Dentre as metas estabelecidas, o referido autor destaca as que tiveram os respectivos prazos de cumprimento definidos: a) saneamento e saúde - até 2015, reduzir à metade, o número de pessoas sem acesso a serviços básicos (água e esgotos tratados); b) biodiversidade: reduzir significativamente as perdas em biodiversidade até 2010; c) estoque pesqueiro – restaurar sua produção máxima até 2015; d) energia – aumentar urgentemente o uso de energia de fontes renováveis.

Para os participantes da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (CMDS), os objetivos fixados na Rio-92 não foram alcançados. No entanto, reafirmaram que a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento social e o desenvolvimento

econômico responsável continuam sendo os pontos básicos inseparáveis para a busca do desenvolvimento sustentável. O Brasil foi elogiado pela proposta de unir esforços para a utilização de pelo menos 10% de energia proveniente de recursos renováveis (biomassa, hídrica, eólica e solar). Contudo, os países industrializados não aceitaram a proposta (DIAS, op. cit.).

A Rio+10 foi bastante criticada por especialistas e entidades em virtude dos tímidos resultados alcançados no que se refere ao Protocolo de Kyoto, ou seja, a redução da emissão de dióxido de carbono na atmosfera por parte de países como Rússia e Estados Unidos. Entretanto, a Rússia se comprometeu a cumprir essa exigência.

Um encontro como esse, que consegue reunir autoridades e especialistas de todo o mundo para discutir os problemas ambientais que afligem a humanidade, por si só já é uma grande vitória. E há de se esperar, que nem tudo que se pretende seja consolidado, já que são diversos interesses duelando entre si. Como afirma Dias (op. cit., p.34),

apesar das críticas aos tímidos resultados da RIO+10, há de se deixar claro que cerca de 280 iniciativas de parcerias foram estabelecidas entre governos, instituições internacionais, ONGs, comunidade empresarial, grupos trabalhistas e outros segmentos da sociedade, todos desempenhando seu papel em prol da sustentabilidade humana. [mesmo que uns bem mais que outros].

4.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Até o início da década de 90, a educação ambiental no Brasil estava à mercê de interesses políticos, consolidando a falta de seriedade do governo e de seus parceiros nacionais e internacionais com relação às questões ambientais. As iniciativas em Educação Ambiental eram esporádicas e sem a participação e apoio das instituições encarregadas de sua promoção.

Tal quadro só foi enfrentado nos anos 90, quando se buscou a implementação da educação ambiental em bases sintonizadas com os princípios e as diretrizes mundiais para a área. Neste contexto, pode-se observar a tentativa de estabelecer diretrizes nacionais compatíveis com uma abordagem sócio-histórica, apesar de sua viabilização ainda se mostrar incipiente e sem alcance público e nacional. Dentre essas iniciativas destacam-se:

- a) Portaria 678, do Ministério da Educação e Desportos/MEC, 1991, determina que a educação escolar, em todos os níveis, deve incluir a educação ambiental como ferramenta complementar em suas disciplinas;
- b) Programa Nacional de Educação Ambiental, MMA, 1994 - tem como objetivo instrumentalizar politicamente o processo de educação ambiental no Brasil;
- c) Parâmetros Curriculares Nacionais, 1996 - estabelece a inserção do tema meio ambiente, de modo transversal, no currículo escolar;

- d) 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental - (CNEA), 1997, mobilizou educadores e autoridades de todo o país e gerou a Declaração de Brasília para a Educação Ambiental, tornando-se um marco na evolução da EA no Brasil;
- e) Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 - instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

4.3 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O surgimento do termo Environmental Education (Educação Ambiental) se dá em 1965, durante a Conferência em Educação, em Keele, Grã-Bretanha, quando começavam a surgir as primeiras advertências quanto ao consumo exacerbado dos recursos naturais e aos danos causados ao meio natural, principalmente por parte da sociedade civil, já que os governos não encontravam o caminho do entendimento.

Na opinião do embaixador João Clemente Baena Soares, ex-secretário geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), a educação ambiental teve início de modo empírico, para atender à tensão e à pressão, em virtude do acúmulo dos problemas relacionados com os danos causados ao meio natural, principalmente nos últimos 40 anos. De meados dos anos 60 para cá, muitas conferências internacionais foram realizadas e leis nacionais promulgadas na busca de soluções.

A educação ambiental contribui para a formação de cidadãos através da reflexão crítica e da ação social corretiva ou transformadora de valores, conceitos e ideologias, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos. A educação ambiental não aborda somente a necessidade de conservação de determinados seres vivos ou dos recursos naturais. Ela traz uma reflexão sobre as relações econômicas e culturais da humanidade com a natureza e dos seres humanos entre si. Prepara, portanto, o ser humano para o exercício pleno, responsável e consciente da cidadania por meio dos diversos canais de participação comunitária, em busca da melhoria de sua qualidade de vida e, em última análise, da qualidade da experiência humana sobre o planeta. Segundo Pelicioni (2005, p. 03),

a educação ambiental exige um conhecimento aprofundado de filosofias, da teoria e história da educação, de seus objetivos e princípios, já que nada mais é do que a educação aplicada às questões de meio ambiente. Sua base conceitual é fundamentalmente a educação e complementarmente as Ciências Ambientais, a História, as Ciências Sociais, a Economia, a Física, as Ciências da Saúde, entre outras.

Ou seja, as causas socioeconômicas, políticas e culturais geradoras dos problemas ambientais só serão identificadas com a contribuição das diferentes ciências. Contudo, a educação ambiental não pode ser confundida com elas.

A educação ambiental tem como finalidade promover a compreensão da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade, proporcionando a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, desenvolver o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar a

qualidade ambiental. Logo, ela conduz os indivíduos, os grupos sociais e a sociedade global a novas formas de conduta, tornando-os aptos a agir em busca de soluções para os problemas ambientais como forma de elevar sua qualidade de vida. Constitui, portanto, elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica sobre as relações sociais e de produção que promovem a inserção humana na natureza.

Objetivos da educação Ambiental

Na Conferência de Tbilisi foram estipulados os objetivos que devem nortear a prática da educação ambiental junto aos indivíduos e grupos sociais:

- I. Conscientizar – adquirir responsabilidade e despertar a consciência sobre as questões que envolvem o meio ambiente global.
- II. Conhecimento – compreender os problemas do meio ambiente através da diversidade de experiências e das questões que estão a ele (meio ambiente) interligadas e o papel e lugar da responsabilidade crítica do ser humano.
- III. Comportamento – adquirir valores sociais, sentimento de interesse pelo meio ambiente e vontade de contribuir para sua proteção e qualidade.
- IV. Habilidades – adquirir habilidades para identificação e resolução dos problemas ambientais.

- V. Avaliação – avaliar medidas e programas que tenham relação com o meio ambiente.
- VI. Participação – assumir a responsabilidade e a necessidade de ação imediata para a solução dos problemas ambientais através da participação ativa em tarefas que têm como objetivo a resolução desses problemas.

Segundo Dias (2001), estes objetivos estão interligados e pode-se começar por qualquer um, pois todos convergem para o mesmo ponto. É necessário enfatizar que os objetivos de um programa ou projeto de educação ambiental devem sempre estar em sintonia com a realidade social, econômica, política, cultural e ecológica de uma região ou localidade.

Princípios básicos da educação ambiental definidos na conferência de Tblisi (DIAS, 2001)

1. *Entender o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, tanto nos aspectos naturais, quanto nos criados pelo homem (político, social, econômico, científico-tecnológico, histórico-cultural e estético).*

A educação ambiental, que até a conferência de Estocolmo, em 1992, era vista como um processo voltado para a conservação da natureza, passou a ter uma

abordagem integral, considerando a multiplicidade da questão ambiental, a qual envolve aspectos naturais, políticos, econômicos e sociais.

2. *É um processo contínuo e permanente, abrangendo todas as fases do ensino formal e não formal.*

A educação ambiental deve estar presente num processo “contínuo e permanente”. Seja em casa; seja na empresa, por meio de programas específicos, onde esteja interligada com o processo de tomada de decisão que interfere (positiva ou negativamente) na qualidade de ambiente; seja na escola, onde tem papel fundamental na formação de cidadãos conscientes da relação homem-natureza.

3. *A educação ambiental deve estar inserida na escola de forma interdisciplinar.*

O meio ambiente não pode e nem deve ser entendido como sinônimo de meio natural, devido às suas múltiplas dimensões: ecológica, cultural, política, econômica, ética, social e tecnológica.

4. *A Educação Ambiental deve estar relacionada a fatores locais, regionais, nacionais e globais, de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas.*

Não adianta abordar temas como efeito estufa, camada de ozônio, destruição de florestas, lixo, se não se considerar a realidade local, pois é nesse *locus* que se pode

fazer valer os direitos de cidadania em busca de uma melhor qualidade de vida (DIAS, 2001). Na sua cidade ou região, o indivíduo ou grupo poderá fazer valer os seus atributos de cidadão, avaliando a competência dos responsáveis pelo gerenciamento dos recursos financeiros e ambientais e analisando se as decisões tomadas estão corretas.

5. *Relacionar as condições ambientais, tendo em vista a perspectiva histórica.*

Conhecer como era o ambiente local, que elementos contribuíram para a perda ou ganho da qualidade ambiental, onde houve erro ou acerto, quem se omitiu e por que, constituem aspectos importantes que vão permitir uma análise dos fatos do passado em relação aos do presente, contribuindo assim para o planejamento do futuro.

6. Envolver as pessoas com a necessidade de participação local, regional e global na busca da prevenção e resolução dos problemas ambientais.

Formar cidadãos conscientes, que encarem o desafio de decodificar e enfrentar a complexa matriz de fatores que ameaçam nossa existência no planeta, passa não só pelo incentivo e apoio a ações locais, inovadoras e criativas que tenham o intuito de superar a miséria, a pobreza, o desemprego, a destruição dos recursos naturais. É necessário também despertar em cada indivíduo o sentido de “pertencimento”, participação e responsabilidade na busca de respostas locais, regionais e globais que a temática ambiental nos impõe.

A educação ambiental, portanto, deverá proporcionar o sentido de participação qualitativa entre os indivíduos, grupos sociais e instituições, até porque fazemos parte do todo, não somos os donos do planeta e temos responsabilidades com as gerações vindouras.

7. Fazer valer, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento.

Há uma concepção cada vez mais presente de que o modelo de desenvolvimento econômico capitalista não é “sustentável”, ou seja, é inviável econômica, social e ecologicamente (DIAS, 2001).

A educação ambiental é um processo político de formação para a cidadania ativa calcado na busca de alternativas e soluções aos graves problemas ambientais locais, regionais e globais, visando a uma ação transformadora da realidade sócioambiental. Assim sendo, a utilização da educação ambiental na resolução dos problemas locais possui um valor extremamente positivo, pois induz o cidadão a participar da organização e gestão de seu ambiente e dos objetivos de vida cotidiana.

4.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOTURISMO

Diante de um modelo econômico “insustentável” é premente uma nova relação do homem com a natureza, pautada em novos modelos de desenvolvimento, que

considerem: a população, a melhoria da qualidade de vida, a participação democrática, a justiça social e a conservação dos recursos naturais.

Neste sentido, a inter-relação entre a educação ambiental e o ecoturismo é promissora e desafiadora, pois ao desvelar os sentidos da realidade, a educação ambiental possibilita o reposicionamento e compromisso do sujeito em relação à problemática do meio ambiente, tornando-se prática estratégica para o estabelecimento da sustentabilidade. O ecoturismo, por sua vez, constitui uma alternativa econômica que gera baixos impactos e que contribui para o desenvolvimento sustentável da região, fortalecendo uma das estratégias da educação ambiental e consolidando uma nova postura ética com relação ao ambiente (FERRETI, 2002).

Não é possível, portanto, pensar em ecoturismo sem pensar em educação ambiental e vice-versa. Se o ecoturismo pode ser interpretado como veículo para a implantação de um programa de educação ambiental, o desenvolvimento de um projeto ecoturístico depende diretamente das estratégias de educação ambiental, visando desenvolver a conscientização dos diferentes atores envolvidos no empreendimento turístico – operadores, turistas, residentes e empresas.

Para Dias, (2003, p.178),

O turismo tem um aspecto prático importante, pois pode ser o incentivador de adoção de boas práticas ambientais, como a recolha de recipientes – garrafas, sacos plásticos, latas etc. – nas margens dos rios e praias; a plantação de

árvores em locais degradados; a contribuição financeira para a proteção específica de animais e plantas (compra de camisetas, brindes, artesanatos que se referem ao objeto de atenção), por exemplo, no Brasil desenvolve-se uma arrecadação com os visitantes dos projetos Tamar, de proteção à tartaruga marinha e do peixe-boi.

A educação ambiental, portanto, cumpre um papel decisivo, não devendo se restringir a uma proposta meramente ecológica, voltada unicamente para as áreas naturais. O turismo, seja ele urbano ou rural, deve se situar sobre uma base sustentável, a qual deve abranger desde a gestão ambiental na rede hoteleira, até à conscientização dos visitantes com relação à utilização dos atrativos turísticos e à eliminação de produtos que possam contaminar o meio.

É necessário que a comunidade anfitriã perceba a importância da conservação ambiental. Uma comunidade mais consciente estará mais preparada para receber o turista e cobrar dele o mesmo respeito que é cultivado pelos habitantes do local. Logo, é fundamental a adoção de programas de educação ambiental que envolvam todos os setores que usufruem, de alguma forma, da atividade turística, pois é evidente a necessidade de se desenvolver hábitos, valores e atitudes de respeito ao meio natural e às comunidades que ali residem.

Como afirma Ferreti (op. cit.) um projeto turístico ideal para o desenvolvimento de uma região, seria a representação do ecoturismo como alternativa econômica e a educação ambiental como exercício pleno de cidadania, com base na valorização dos bens naturais e culturais.

CAPITULO 5– DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A concepção de desenvolvimento sustentável tem suas raízes fincadas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia (1972). Este termo, definido como uma “abordagem para o ecodesenvolvimento”, enfatizava, na época, a necessidade de proteção dos recursos naturais (sem relacioná-los às questões políticas, sociais e econômicas que envolvem a problemática ambiental), já que esses recursos começavam a apresentar sinais bastante claros de escassez. Esta concepção vigorava entre os países do primeiro mundo, uma vez que, devido ao modelo de desenvolvimento econômico (capitalista) e ao estágio de sua industrialização em que se encontravam foram premidos e surpreendidos pelas limitações do meio natural.

Nesse mesmo período, o relatório *Limites do Crescimento Econômico*, publicado pelo Clube de Roma, mostrava definitivamente que a filosofia de crescimento ilimitado era improcedente, prevendo que se chegaria aos limites do desenvolvimento global nos cem anos seguintes, caso não mudassem as tendências sociais e econômicas da população mundial (DIAS 2001).

Passados quinze anos, o conceito de “desenvolvimento sustentável” se materializou no documento intitulado “Nosso Futuro Comum” ou Relatório Brundtland, como ficou conhecido. Esse relatório apresentou, pela primeira vez, uma perspectiva da problemática ambiental distinta daquela discutida em Estocolmo, conceituando-o da

seguinte maneira: **“É o desenvolvimento que satisfaz às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”**. Segundo Dias (2003, p.47), este conceito,

procura estabelecer uma relação harmônica do homem com a natureza como centro de um processo de desenvolvimento que deve satisfazer às necessidades e às aspirações humanas. Enfatiza que a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável e indica a necessidade de que a política ambiental seja parte do processo de desenvolvimento e não mais uma responsabilidade setorial fragmentada.

O relatório Brundtland define o desenvolvimento sustentável baseado em dois conceitos chaves: O *primeiro* é o conceito de “necessidades”, em especial as que se mostram essenciais para garantir a sobrevivência dos pobres e que, portanto, devem ser prioridade na agenda de todos os países. O *segundo* é que o crescimento tecnológico e a organização social construída sobre bases capitalistas impõem limitações a um meio ambiente sadio, o que, conseqüentemente, impede o atendimento das necessidades presentes e das futuras gerações.

Esse documento aponta os seguintes objetivos para viabilizar a construção do desenvolvimento sustentável: a) alterar a qualidade do desenvolvimento; b) retomar o crescimento; c) atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água potável e saneamento das populações; d) manter um nível populacional sustentável; e) conservar e melhorar a base de recursos naturais; f) reorientar a

tecnologia e administrar os riscos; e, g) incluir o meio ambiente no processo de tomada de decisões.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, o Relatório da Comissão Interministerial Brasileira para a conferência do Rio de Janeiro, intitulado “*O desafio do desenvolvimento sustentável*” (1991), expõe que:

o desenvolvimento sustentável seria atingido pela retomada do crescimento e melhor distribuição de seus benefícios e pela racionalização do uso de energia; o atendimento das necessidades básicas das populações, pela estabilização dos níveis demográficos; a conservação das bases de recursos, pela reorientação da tecnologia no sentido da redução de seu impacto ecológico e a incorporação de critérios ambientais nas decisões econômicas (CIMA, 1991 p.182).

Não se pode negar que o avanço econômico e, principalmente, o tecnológico, verificados nas mais diversas áreas do conhecimento (biologia, informática, construção, física, química), em especial após a segunda guerra mundial, é algo espantoso; talvez até fora do imaginário do mais visionário dos profetas. Esse avanço contribuiu para o bem estar do ser humano no planeta ao aumentar a produção de alimentos, desenvolver as diversas formas de energia existentes e conseguir elevar a produtividade industrial. No entanto, esse progresso foi acompanhado pelo recrudescimento do impacto humano sobre a Terra. Segundo MacNeil, et al. (1992, p.15 e 16),

desde 1990, a população humana mundial mais do que triplicou. Sua economia cresceu 20 vezes. O consumo de combustíveis fósseis aumentou 30 vezes e a produção industrial, 50. A maior parte desse crescimento, cerca de quatro quintos dele, aconteceu a partir de 1990. [...] os governos estiveram preocupados com a interdependência econômica, com a conjugação de economias nacionais e regionais num sistema global. Mas o mundo avançou agora da interdependência econômica para a interdependência ecológica – e até, para além desta, para um entrelaçamento de ambas.

Esses autores reforçam seu posicionamento ao argumentar que:

Os sinais da Terra são inconfundíveis. O aquecimento global é uma forma de “feedback” do sistema ecológico terrestre para o sistema econômico do mundo. Outras formas são o buraco de ozônio, a chuva ácida na Europa, a degradação do solo na África e na Austrália e a perda de espécies na Amazônia. Ignorar hoje um sistema é comprometer os outros. A economia mundial e a ecologia terrestre estão interligadas – até que a morte as separe, para citar um dos líderes industriais do Canadá. Essa é a nova realidade do século [...] que suscita questões fundamentais acerca do modo como são tomadas as decisões econômicas e políticas, e suas implicações para a sustentabilidade.

Com a semente plantada em Estocolmo, e nascendo em 1987, com a publicação do relatório Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável finalmente frutificou, na Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro, a ECO-92, após três anos de estudos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esse evento, segundo Brunacci e Philippi Jr. (2005, p.263), de certa maneira consagrou seu emprego a partir da declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A partir da repercussão desse fórum mundial e do documento produzido, a idéia da sustentabilidade, oriunda da expressão “desenvolvimento sustentável” foi, de certa forma, (já que muitas vezes é utilizada de forma ambígua) incorporada nos discursos oficiais, enriquecendo o discurso acadêmico, as propostas de políticos e empresários,

as idéias de profissionais e militantes da área ambiental, assim como as teses dos sociólogos e economistas. A eficiência dos meios de comunicação, difundiu a expressão “desenvolvimento sustentável”, a qual passou a fazer parte do linguajar dos mais diferentes segmentos da população (BRUNACCI e PHILIPPI JR:2005. p. 63).

Apesar de ser um conceito amplamente utilizado, ainda não existe uma visão única do que seja “desenvolvimento sustentável”. Segundo Dias (2003), para alguns, o desenvolvimento sustentável significa crescimento econômico contínuo por meio do manejo racional dos recursos naturais e a utilização de tecnologias mais eficientes e menos poluentes. Para outros, o desenvolvimento sustentável só se efetivaria caso houvesse, *a priori*, um projeto social e político destinado a erradicar a pobreza, elevar a qualidade de vida e satisfazer as necessidades básicas da humanidade. Ou seja, um projeto que explicita princípios e orientações para o desenvolvimento harmônico da sociedade, considerando a apropriação e a transformação sustentável e responsável dos recursos naturais.

Por demais complexa, a passagem de um modelo predatório para um sustentável que defenda uma relação harmônica com a natureza, implica não só a mudança de paradigmas sociais, econômicos e políticos, mas, também a transformação de atitudes individuais e da própria mentalidade dos seres humanos. Implica modificar a visão e a relação com o meio ambiente, não só no que se refere ao manejo racional dos recursos naturais, mas também quanto à organização produtiva e social, que gera e reproduz a desigualdade e a pobreza. Implica o estabelecimento de relações sociais, cujo eixo

principal não esteja voltado para o lucro imediato, mas para o bem-estar humano e da própria natureza.

Numa sociedade onde o modelo econômico não respeita o ciclo natural do planeta é de se esperar que o conceito de desenvolvimento sustentável, seja normalmente incorporado sem considerar o equilíbrio dos três eixos principais da sustentabilidade: o crescimento econômico, a conservação ambiental e a equidade social. Contudo, “se ocorre o predomínio de qualquer um desses eixos sobre os demais, desvirtua-se o conceito e torna-se manifestação de interesse de grupos isolados do contexto mais geral, que é o interesse de toda a humanidade”. (DIAS 2003, p.49).

Por outro lado, o desenvolvimento sustentável não pode desconsiderar o crescimento econômico, mas aliar-se a ele na busca de mecanismos que tenham como base a sustentabilidade do meio ambiente e que enfoquem a revalorização das formas tradicionais de produção, gerando novas formas de organização produtiva das atividades econômicas e práticas sociais.

Alcançar um modelo econômico compatível com a retórica da sustentabilidade não é responsabilidade apenas da simples atuação das forças de mercado, mas também de um planejamento sinérgico que envolva a plena participação da sociedade e a cooperação entre os diversos atores envolvidos no processo, a exemplo das entidades governamentais, ONGs, instituições de ensino e representantes da população em geral. Noutras palavras, a chave para o desenvolvimento sustentável está na participação, na organização, na educação e no fortalecimento das pessoas.

CAPITULO 6 - METODOLOGIA

O presente estudo utilizou o método do tipo qualitativo, o qual objetiva uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentados pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

6.1 ÁREA DE ESTUDO

Constitui a região de estudo deste trabalho a área da Serra de Jacobina inserida nos municípios de Senhor do Bonfim, Campo Formoso, Pindobaçu e Antonio Gonçalves, que se situam nas suas encostas.

A Serra de Jacobina, localizada entre os municípios de Jaguarari, ao norte, e Miguel Calmon, ao sul, congrega um complexo de serras que se unem ao longo de 220km de extensão por 6 a 10km de largura. Ao longo do seu trecho, diversas cidades se distribuem formando um conglomerado de 11 municípios, que se limitam ao norte com o pediplano sertanejo e, ao sul, com a Chapada Diamantina.

A escolha dos quatro municípios - Senhor do Bonfim, Campo Formoso, Pindobaçu e Antônio Gonçalves - dentre os onze que se distribuem ao longo dessa cadeia de serras, foi baseada nos seguintes critérios: a proximidade existente entre eles

(fig. 1, representados pelos números. I,II,III,IV), a existência de intercâmbio econômico, social e político e o fato da serra permear seu território.

Essa área geográfica está localizada na microregião de Senhor do Bonfim, na mesoregião centro-norte do estado da Bahia, entre as coordenadas geográficas 40°10'15" e 40°17'15" de longitude oeste e 10°19'4" e 10°29'51" de latitude sul, tendo como referência o município de Senhor do Bonfim, a cerca de 370km de Salvador (capital do Estado da Bahia).

Segundo classificação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), esses municípios, por apresentarem características socioeconômicas semelhantes, fazem parte da região denominada Piemonte da Diamantina, que congrega um total de 24 municípios (fig. 1).

Caracterização histórica dos municípios da área de estudo

O município de **Senhor do Bonfim** teve origem no povoamento da região por portugueses, escravos e indígenas que seguiam a rota das bandeiras em direção às margens do rio São Francisco ou às minas de ouro de Jacobina, as quais atraíam inúmeros aventureiros.

REGIÃO ECONÔMICA PIEMONTE DA DIAMANTINA
Estado da Bahia



Obs.: As informações geográficas contidas no mapa priorizam o conteúdo temático sem precisão cartográfica.
 Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/geoambientais/cartogramas/mapasregeco.htm>>

A área onde está localizada a cidade, até século XVII, abrigava apenas rancharia de tropeiros. A povoação mais próxima, naquela época, era o arraial da Missão do Sahy (hoje distrito do município), em cujas cercanias situava-se o aldeamento dos índios Pataxós, primitivos habitantes da região. O arraial era administrado pelos religiosos franciscanos que, em 1697, erigiram convento e igrejas sob a invocação de Nossa Senhora das Neves, cujas ruínas, até bem pouco tempo, ainda existiam.

Em torno da rancharia de tropeiros foram construídas diversas habitações, à margem da “estrada das boiadas”, que mais tarde ficou conhecida como Estrada Real Bonfim – Juazeiro (atualmente é conhecida pela maioria dos moradores da região como “estrada velha”). Em 1750, a rancharia recebeu oficialmente o nome de Arraial do Senhor do Bonfim da Tapera e em 1º de julho de 1797, por força de Carta Régia, foi elevada a vila, com o nome de Vila Nova da Rainha. Sua instalação, no entanto, só ocorreu em 1º de outubro de 1799.

Pela Lei Provincial Nº 2499, de 28 de maio de 1885, a Vila Nova da Rainha foi elevada à categoria de cidade, com o topônimo de Bonfim. Entretanto, só em 30 de dezembro de 1943, pelo Decreto Lei 141, é que o município e a cidade tiveram o nome alterado para Senhor do Bonfim.

Senhor do Bonfim está inserida na região socioeconômica do Piemonte da Diamantina, segundo classificação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia (SEI), na porção norte-nordeste do Estado. De acordo com perfil socioeconômico do município realizado pelo SEBRAE, este disputa com Jacobina a liderança político-econômica da região.

A sede municipal se situa a 10°27'32" de latitude sul e 40°11'22" de longitude oeste, estando a cerca de 370 km da capital do estado. Possui altitude de aproximadamente 550m e temperatura média anual de 25°C. Limita-se com os municípios de Campo Formoso, Andorinha, Jaguarari e Filadélfia e Antônio Gonçalves.

Segundo a Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, sua economia se baseia na pecuária, com rebanhos de bovinos e suínos, e no comércio.

O município de **Campo Formoso** foi inicialmente um aldeamento indígena. Os missionários da Companhia de Jesus, incumbidos da catequese dos silvícolas da região, contribuíram decisivamente para a prosperidade da população que aí se formou.

O pequeno povoado cresceu e, em 1682, devido à densidade populacional e ao seu progresso, foi elevado à categoria de freguesia, com a denominação de Freguesia Velha de Santo Antônio de Jacobina. Pela Lei Provincial 2051, de 28 de julho de 1880, a freguesia foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Campo Formoso, desmembrando-se do município de Senhor do Bonfim. Somente em 1º de janeiro de 1939 Campo Formoso foi elevada à categoria de cidade.

Entre os eventos da história do município, merece registro o ano de 1908, quando ocorreu, na capital da República, uma grande exposição comemorativa do centenário da abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro. Nesse evento, Campo Formoso, devido às suas riquezas naturais, se destacou, recebendo 23 prêmios dos 971 atribuídos ao Estado da Bahia.

O município de Campo Formoso está situado a 10°30'13" de latitude sul e 40°19'24" de longitude oeste, tendo como referência a sede do município. Em linha reta está a cerca de 322 km da capital do Estado, Salvador, inserido também na região conhecida como Piemonte da Diamantina, limitando-se com os municípios de Jaguarari, Juazeiro, Pindobaçu, Saúde, Senhor do Bonfim e Sento Sé. A altitude é de cerca de 580m acima do nível do mar e a temperatura média anual de 25°C.

Segundo a Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia, sua economia se baseia na agricultura, onde predomina a produção de mandioca, sisal e feijão; na pecuária, destacando-se os rebanhos de ovinos, bovinos e suínos; no comércio e produção de calcário, cromo, manganês, mármore e pedras preciosas.

A atual cidade de **Pindobaçu** nasceu onde antigamente se situava uma pousada de tropeiros, localizada na estrada em direção a Jacobina. Transformada em povoado com o nome de Lamarão, teve o nome modificado para Pindobaçu, que significa "palmeira grande". Criado inicialmente como distrito pela Lei 2041, de 21 de agosto de 1927, e elevado à categoria de vila pelo Decreto Lei estadual N° 10724, de 30 de março de 1938, como sede do distrito de mesmo nome, pertencente a Campo Formoso. Em 4 de março de 1953, foi criado o município de Pindobaçu, com inauguração em 7 de abril de 1955.

O município de Pindobaçu está localizado a 10°44'30" de latitude sul e 40°21'39" de longitude oeste, tendo como referência a sede do município. Encontra-se a uma altitude de cerca de 448m, estando situado na região econômica do Piemonte da Diamantina. Possui temperatura média anual de 25°C.

Segundo a Secretaria da Cultura e Turismo, a agricultura constitui sua principal referência econômica, onde se destaca a produção de mandioca.

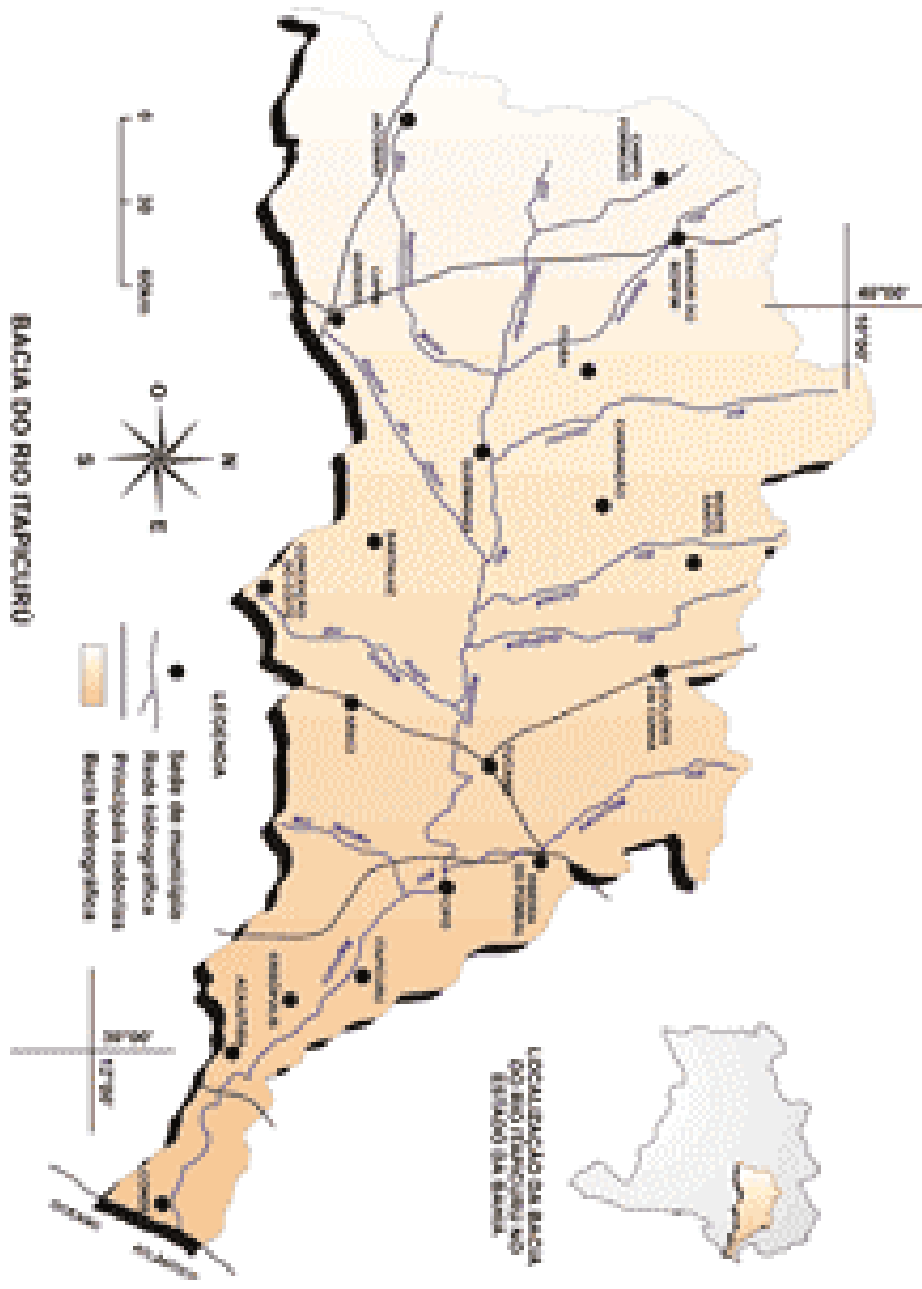
O município de **Antônio Gonçalves** localiza-se em terras que foram habitadas pelos índios paiaias e constituíram a sede da fazenda Pau Ferro, a partir da qual nasceu um povoado com idêntica denominação.

Pertencente, nos primórdios, ao município de Campo Formoso, foi criado, a partir do desmembramento deste, pela Lei Estadual de 05.07.1962. Inicialmente, foi denominado distrito de Itinga da Serra, passando a chamar-se Antonio Gonçalves quando elevado à condição de município.

O município de Antônio Gonçalves está localizado a 10°29"12" de latitude sul e 40°20"30' de longitude oeste, tendo como referência a sede do município. Encontra-se a cerca de 328 km da capital, Salvador, e se situa a uma altura de cerca de 472m acima do nível do mar. Possui uma população de cerca 10000 habitantes, segundo censo realizado pelo IBGE em 2000.

Para a Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia (SRH), a área em estudo localiza-se na bacia hidrográfica do Rio Itapicurú, a qual engloba um total de 45 municípios, uma área de 36440km² e uma população de aproximadamente 1400.000 habitantes. Esta bacia está dividida em baixo, médio e alto Itapicuru. Neste último está localizada a área de estudo (fig. 2).

FIGURA 2



A coleta de dados foi efetuada em localidades selecionadas dos quatro municípios. A escolha levou em consideração características naturais e culturais e a existência/inexistência de fluxo de visitação turística. Essas localidades foram tomadas como unidades significativas do todo e por isso, suficientes para fundamentar um julgamento fidedigno. Tais localidades são identificadas, a seguir, junto aos municípios correspondentes:

- a) Senhor do Bonfim – Missão do Sahy e Carrapichel;
- b) Pindobaçú – Povoado de Lutanda, Bananeiras e Carnaíba.
- c) Antonio Gonçalves – Povoado de Mucambo;
- d) Campo Formoso – Povoado de Vânvania e Socotó.

6.2 DETERMINAÇÃO DAS AMOSTRAS/SELEÇÃO DOS SUJEITOS

Foram definidos três grupos amostrais: um correspondente aos representantes de entidades representativas da população, outro referente aos representantes dos órgãos públicos/entidades que atuam na gestão da área e, um terceiro grupo, constituído pelos prefeitos das cidades incluídas no estudo.

Assim, foram realizadas entrevistas com as seguintes amostras:

Dezessete representantes das entidades existentes na área de estudo (Tabela 1): associação de comércio (AC), rede hoteleira (RH) e associação de moradores e produtores rurais residentes na área da Serra de Jacobina (AMPR).

Sete representantes de órgãos públicos/entidades envolvidos com a gestão ambiental na região (tabela 1): órgãos ambientais – Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação (SFC), Centro de Recursos Ambientais (CRA), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); instituição de ensino – Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim (EAFSB); e, ONG envolvida com a questão ambiental na região – União Universitária pelo Progresso da Educação e Cultura (UNIPEC).

Quatro prefeitos dos municípios estudados – Prefeito de Senhor do Bonfim (PMSB), Campo Formoso (PMCP), Pindobaçu (PMP) e Antônio Gonçalves (PMAG).

Tabela 1 – Composição da amostra do estudo realizado

ENTIDADES/ ORGÃOS*	REPRESENTANTES	ANTONIO GONÇALVES	SR. DO BONFIM	CAMPO FORMOSO	PINDOBAÇÚ	TOTAL
AMPR	PRESIDENTES	02	06	01	03	12
AC	PRESIDENTES	-	01	01	01	03
RH	EMPRESÁRIOS	-	01	01	-	02
ONG	PRESIDENTE	-	01	-	-	01
OA	COORDENADORES	-	05	-	-	05
IE	DIRETOR		01			01
PREFEITURAS	PREFEITOS	01	01	01	01	04
TOTAL		03	16	04	05	28

*AMPR – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES RURAIS

AC – ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO

RH – REDE HOTELEIRA

ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

OA – ORGÃO AMBIENTAL / IE - INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Não foi realizada entrevista com o representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) porque esse órgão dispõe de apenas um posto de fiscalização na região e o fiscal responsável preferiu não se pronunciar. Também não foi possível a coleta de dados junto a Universidade do Estado da Bahia – UNEB / Campus VII, apesar de seu diretor ter sido procurado várias vezes até a finalização deste estudo.

6.3 COLETA DE DADOS

O levantamento dos dados foi realizado empregando-se as técnicas de entrevista e observação “*in loco*”, do tipo não-participante.

Inicialmente, foi realizada uma visita exploratória aos municípios, onde se procurou observar os “vínculos da comunidade” com os sistemas naturais presentes na área, bem como características favoráveis ao desenvolvimento do ecoturismo e possíveis problemas ambientais decorrentes da presença humana. A partir dessa atividade preliminar, foi possível identificar as entidades representativas das populações desses municípios e os seus respectivos representantes. Além disso, foram realizados contatos com a prefeitura de cada cidade e com os órgãos públicos/ entidades que atuam na gestão ambiental nos municípios selecionados.

As entrevistas buscaram identificar a visão das pessoas sobre os aspectos ambientais da região, bem como sua percepção quanto à implantação do ecoturismo associado à educação ambiental como ferramenta para o desenvolvimento sustentável da área geográfica em foco.

Dessa forma, o roteiro de entrevistas ficou dividido em cinco partes, que abordaram os seguintes aspectos: percepção dos entrevistados a respeito da economia da região; problemas ambientais que afetam a qualidade de vida da população e que, portanto, devem ser resolvidos ou amenizados para promover o bom relacionamento entre as comunidades e o meio natural; importância da educação ambiental para a

conservação e sensibilização em relação aos problemas ambientais e para atenuar os impactos verificados na Serra de Jacobina; potencialidades turísticas; e, finalmente, viabilidade da utilização do ecoturismo associado à educação ambiental como alternativa para o desenvolvimento sustentável da região, contribuindo para recuperar, valorizar e conservar os ambientes degradados.

É importante ressaltar que durante o trabalho junto à comunidade, foram realizadas não só entrevistas formais (gravadas) com os indivíduos da amostra, mas também diversas conversas informais (não gravadas) com outros membros da mesma. Apesar destas últimas não terem sido gravadas, foram válidas porque ofereceram um aporte maior aos dados formais da pesquisa (observação *in loco* e entrevistas). Outro aspecto a ser destacado é que, devido à busca de espontaneidade nas respostas – o que só seria possível se o entrevistado depositasse confiança no entrevistador – raramente as entrevistas aconteceram a partir de uma primeira abordagem. Na realidade, estas só foram realizadas, na maioria dos casos, entre o segundo e o terceiro encontro com os entrevistados.

6.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados a partir da realização das entrevistas foram analisados através da metodologia de análise de conteúdo, técnica que se caracteriza por fazer inferências válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto. Assim, investigou-se o conteúdo simbólico das mensagens, não se restringindo ao limites da fala, mas

buscando relações com gestos e atitudes. Ou seja, captar o significado inerente à sutileza dos risos, hesitações, silêncios ou outros mecanismos que o homem vai estruturando ao longo da vida, a fim de se proteger do afloramento daquilo que não tem espaço para ser dito.

Foi utilizada estatística descritiva com vistas a complementar a análise dos dados qualitativos obtidos no estudo e consolidar a argumentação.

Também foram realizadas e obtidas (junto com a população da área) fotografias que registram os diferentes aspectos que compõem o meio ambiente da Serra de Jacobina, as quais serviram para fundamentar de forma ilustrativa os resultados obtidos na pesquisa.

CAPITULO 7 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, são apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da aplicação de entrevistas junto aos os representantes das instituições/entidades: Associação de Produtores e Moradores Rurais (AMPR), Associação Comercial (AC), Rede Hoteleira (RH), Prefeitos (P), Organização não Governamental (ONG), Instituição de Ensino (IE) e Órgão Ambiental (OA).

7.1 ECONOMIA

De modo geral, os municípios possuem características sociais, econômicas, históricas e culturais bastante semelhantes. Caracterizam-se, historicamente, por terem sido povoados pelos “aventureiros” bandeirantes que adentraram o interior em busca de riquezas e cresceram demografica e economicamente devido aos processos socioeconômicos que caracterizam a região. Fazem parte da área econômica definida pelo SEI como Piemonte da Diamantina e situam-se dentro do perímetro da bacia do rio Itapicurú, cujas nascentes brotam ao Longo da Serra de Jacobina e, pertencem à 28ª região distrital do estado da Bahia, com sede em Senhor do Bonfim (Superintendência de Estudos Sociais e econômicos da Bahia – SEI, disponível no site ,<http://www.sei.ba.gov.br>).

Entre os 17 representantes dos produtores rurais, da rede hoteleira e da associação de comércio, 14 afirmaram que a economia da região não atende às

necessidades da população no que tange à oferta de empregos e a uma boa qualidade de vida enquanto três declararam que a região passa por um período de estagnação, provocado pelas constantes secas e pela falta de investimentos dos governos federal e estadual, nos últimos anos. No entanto, acreditam num futuro promissor e já apontam alguns investimentos que poderão promover o crescimento econômico. Entre estes, destacam a construção de barragens de grande porte e alguns programas de crédito voltados para o desenvolvimento agropecuário.

As dificuldades ficam claras na entrevista do representante dos moradores e produtores de Lutanda:

“a condição financeira da gente aqui é difícil. Falta emprego e, quando tem, o pessoal, aqui, trabalha de diarista com os fazendeiros. Então poderia ter outras condições e tem sim, mas qual é a outra condição? Seria uma condição financeira de empréstimo no banco para a agricultura, mas o governo diz: Eu tô com projeto tal – no Banco do Nordeste ou no Banco do Brasil. Mas quando você chega lá, cara, o gerente te bota contra a parede e te mostra mil dificuldades. Aí fica difícil. Então, se houvesse uma condição melhor para obter esses empréstimos, as coisas aqui iam melhorar, porque você dá emprego a sua família, arranja mais emprego para outras pessoas particulares. Então, nas reuniões com os órgãos, a gente tem batido sempre na mesma tecla, que os governos tem que acabar mais com essa burocracia”.

Na visão do representante da Associação Comercial de Senhor de Bonfim,

“a economia da nossa cidade está em declínio. A maior fonte de renda hoje, isso até eu como presidente da associação comercial falar isso é até um motivo de tristeza,

mas nós temos que ser realistas: A maior fonte de renda hoje da nossa cidade, e não só de Senhor do Bonfim, mas de cidades também da microrregião é o dinheiro que é circulado através do pagamento dos aposentados. É o que tem mantido a economia da nossa cidade, um dinheiro que está atrelado a um salário mínimo defasado”.

Os prefeitos de Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves e Pindobaçu consideram que a economia dos seus municípios encontra-se estagnada, mas com forte tendência de crescimento futuro. Para o representante do município de Senhor do Bonfim, **“há 20 anos que o estado centraliza o seu desenvolvimento econômico em três regiões bem declaradas, que são a região do Recôncavo, a região do oeste, onde se situam Barreiras e outras cidades e, mais recentemente, por força da irrigação do São Francisco, a região de Juazeiro. Então eu acho que é uma política equivocada do governo do estado, que tem que ser mudada e por isso a grande maioria das cidades do estado da Bahia sofre com falta de uma política pública direcionada pelo estado”.**

O prefeito de Pindobaçu reforça este posicionamento ao ressaltar a importância de estabelecer parcerias com o governo do estado, como a de construção da Barragem de Pindobaçu. A prefeita de Campo Formoso afirmou que a economia da cidade encontra-se em expansão, mas iniciativas que visem o desenvolvimento sustentável da região são sempre bem-vindas, inclusive diversas parcerias com o governo do estado estão sendo realizadas com esse intuito, para criação de um aterro sanitário e investimento no turismo da região.

Entre os representantes de órgãos/entidades ambientais, 06 consideram a economia da região estagnada, enquanto 01 afirma que esta se encontra em declínio. No entanto, há um consenso sobre a necessidade de iniciativas que promovam seu desenvolvimento.

Apesar da maioria dos entrevistados afirmarem que a economia da região passa por um período negro, os últimos investimentos feitos pelo governo do estado alimentam uma esperança positiva em relação ao crescimento econômico, especialmente os investimentos relacionados com os barramentos de grande porte. As Barragens de Pindobaçu (município de Pindobaçu), Aipim (município de Antônio Gonçalves), Ponto Novo (município de Ponto Novo) e a futura construção da Barragem da Barroca do Faleiro (Senhor do Bonfim) alimentam a esperança da comunidade. A declaração feita por um dos representantes da rede hoteleira reforça este ponto de vista:

“nós temos hoje na região uma população de cerca de 380 mil pessoas; se não me engano é o que comporta a região. Existem algumas perspectivas de melhoras com alguns investimentos do próprio governo, como as construções das barragens, né? A Barragem de Ponto Novo, Barragem de Pedras Altas. Futuramente agora deva ser construída a barragem da Barroca do Faleiro e a Barragem de Pindobaçu, o que poderá favorecer o desenvolvimento dessa microrregião”.

Os barramentos, especialmente os de grande porte, trazem consigo grandes impactos para o meio ambiente, como a modificação do regime dos rios e transtornos causados à população ribeirinha que, na maioria das vezes, é alocada para outras

áreas ou simplesmente indenizada pelas terras inundadas. Contudo, em uma região que tem por característica a convivência com o problema da seca, como é o caso da microrregião de Senhor do Bonfim, investimentos que permitam o acúmulo de grandes volumes d'água para a população são por demais vantajosos. O acúmulo d'água e a regularização da vazão do rio proporcionam diversos benefícios, como o atendimento regular do abastecimento de água para a população e para a dessedentação dos rebanhos. Além disso, na maioria dos casos, os investimentos em projetos de irrigação a partir da construção da barragem têm movimentado a economia da região, que passa por um profundo período de estagnação.

Um exemplo de melhoria provocada por essas barragens pode ser observado na cidade vizinha de Ponto Novo (a cerca de 42km de Senhor do Bonfim), onde devido construção recente da barragem foram atraídos, diversos investimentos, principalmente na área da agricultura, o que vem movimentando sua economia e gerando empregos. As expectativas são tão boas que o governo do estado, aproveitando o lago gerado pela barragem (são 66km de extensão e 11m de profundidade), começou a investir no desenvolvimento do turismo com a criação dos Balneários do lago Itapicurú-Açu.

E como afirma o representante da Associação de Barroca do Faleiro,

“a gente espera com muita ansiedade a construção da Barragem (Barragem da Barroca do Faleiro) porque vai melhorar muito pra gente aqui, porque a gente vai poder plantar sem ter que esperar pelas chuvas que a cada ano que passa vêm diminuindo”.

Uma questão relevante detectada durante as conversas informais com os moradores da região foi o aumento da violência nos últimos anos, especialmente no que se refere a roubos a partir de arrombamentos domiciliares, principalmente na zona rural, onde os moradores reclamam da falta de segurança. Devido a isto, muitos deixaram suas casas e foram morar nas zonas urbanas.

Segundo o perfil socioeconômico realizado pelo SEBRAE, 2003, a região possui uma economia voltada para as atividades do setor primário, como agricultura e pecuária. No entanto, com as adversidades climáticas e a constante irregularidade das chuvas, a região vem sofrendo significativo empobrecimento, motivado pela queda da produção agropecuária, resultando na redução dos contingentes populacionais, explicada pelo êxodo para outras regiões mais promissoras. Entretanto, há de se registrar que a população urbana desses municípios, também cresceu bastante nos últimos anos, já que, devido às adversidades expostas anteriormente, a população da zona rural também segue para os centros urbanos dessa região em busca de uma melhor condição de vida, como demonstram os dados do censo realizado em 2000, apresentados a seguir na tabela 3.

Tabela 3 – Taxa de Urbanização dos municípios de Senhor do Bonfim, Pindobaçu, Antônio Gonçalves e Campo Formoso nos anos de 1991 e 2000.

CIDADE	1991 (%)	2000 (%)
SENHOR DO BONFIM	58,84	75,81
PINDOBAÇU	23,72	50,10
ANTONIO GONÇALVES	32,24	54,14
CAMPO FORMOSO	26,46	33,91

FONTE – Perfil socioeconômico dos municípios brasileiros (IBGE, 2002).

É importante ressaltar que a economia dos municípios estudados, de forma geral, gira em torno da cidade de Senhor do Bonfim. Este município de pequena extensão territorial tem uma forte participação na economia destes, seja por abrigar entidades de ensino como a UNEB (Campus VII) e a Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, que atraem estudantes de toda a região, seja pela oferta de profissionais, principalmente professores, para todos eles. Além disso, Senhor do Bonfim possui o comércio mais desenvolvido, o que atrai consumidores de todas as localidades e abriga diversos serviços necessários ao atendimento dos cidadãos, como entidades, instituições e órgãos públicos estaduais e federais, como o Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, INSS, Sebrae, CRA e SRH.

Campo Formoso tem apresentado um desenvolvimento promissor na região, atraindo investimentos e serviços públicos que antes eram voltados somente para Senhor do Bonfim. Isto tem possibilitado ao município despontar, mesmo que timidamente, como uma cidade economicamente importante para a região.

Como se pode perceber a economia local passa por um momento difícil, seja pela falta de investimento do governo, seja pelo processo de recessão que o país atravessa, seja pela seca que assola as culturas da região. Portanto, investimentos que propiciem o desenvolvimento econômico são importantes. Além da construção de barragens de grande porte os governos federal e estadual vem investindo em programas agropecuários, como é o caso do Cabra Forte (projeto de melhoramento agropecuário), Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e, futuramente, o programa do Biodiesel, que incentivará a plantação de mamona na região, cultura antes bastante comum, mas que ao longo do tempo foi se perdendo. Os governos municipais também se mostram preocupados com o desenvolvimento econômico e já começam a se movimentar na busca de soluções. A implementação do ecoturismo, ilustra bem esse interesse.

O ecoturismo poderá contribuir de forma sensível para o desenvolvimento sustentável desses municípios. Devido à sua natureza (econômica, ecológica e social), ele estimula a criação de micro, pequenos e médios negócios, tanto rurais quanto urbanos; envolve um mercado bastante amplo e permanente, o dos turistas nativos e estrangeiros; gera um mercado consumidor para os bens e serviços ofertados, como hotéis, venda de alimentos, transportes, pagamento de guias turísticos, compra de artesanato e outros produtos locais. Assim posto, esta forma de turismo poderá incrementar a produção de bens e serviços, gerar empregos, atrair investimentos externos, elevar as receitas fiscais e melhorar os serviços públicos nessas localidades.

7.2 PROBLEMAS AMBIENTAIS

Conforme mencionado no cap. 2, as atividades antrópicas na Serra de Jacobina causam danos a esse ambiente de fundamental importância para as inter-relações bióticas e abióticas que sustentam os ecossistemas da área.

As entrevistas mostram que, do total de 28 entrevistados, cerca de 89% consideram que existem problemas ambientais na Serra, os quais interferem de alguma forma no dia-a-dia das comunidades que vivem e se utilizam desta área para o seu sustento e moradia.

Os prefeitos dos municípios estudados admitem que os problemas ambientais existem e são muitos, principalmente no que se refere às queimadas e aos desmatamentos, que ocorrem sem controle em toda região da Serra de Jacobina. Segundo eles, os municípios não têm a infra-estrutura necessária para o acompanhamento e fiscalização desses problemas. Existem órgãos fiscalizadores com sede em Senhor do Bonfim, mas estes também não possuem a infra-estrutura necessária para que se evitem as agressões ao ambiente.

Os prefeitos de Campo Formoso e Pindobaçu ressaltaram que os problemas ambientais devem ser resolvidos ou amenizados para que haja uma boa relação entre as comunidades e o meio natural da região.

Entre os representantes de órgãos ambientais e da entidade de ensino, a posição quanto à existência de impactos ambientais na Serra, afetando a qualidade do meio ambiente da região, não é diferente, como expõe o representante da SRH:

“Problemas ambientais existem, principalmente na área de saneamento, porque os nossos rios sofrem uma carga muito grande de agentes orgânicos, cloriformes fecais e outros que são lançados diretamente *in situ*, dentro do leito dos rios; esse é o principal problema. [...] Por exemplo, aqui em Senhor do Bonfim, nós temos lançado no rio Alambique, se eu não me engano, 10 mil metros cúbicos, por dia, de água. Esses esgotos perenizam o riacho, esse riacho vai irrigar as capineiras dos fazendeiros que têm manadas de boi, esses vendem o leite para a população, vendem também a carne, né? E essas capineiras são irrigadas com os nosso esgotos e isso é um problema grave que atinge a população [...] Então nós temos muitos problemas ambientais que carecem de solução, que passa pelo Poder Público, passa pelo ministério público, passa pelo governo do estado, passa pelas organizações civis, passa pelos usuários, passa pela educação de uma forma geral. Claro que um povo educado é um povo que cuida do seu lado, que cuida de seu ambiente e aqui nosso município é o nosso espaço territorial, nosso habitat e, portanto, vamos cuidar bem dele”. Registre-se que a falta de saneamento básico, resulta no aumento da incidência de diversas doenças que acometem a população, a exemplo da esquistossomose e das doenças infecto-contagiosas, em consequência da proliferação de ratos e inseto transmissores das mesmas.

Segundo o comentário do representante da UNIPEC:

“a gente encontra muitos abusos contra o meio ambiente, ou seja, devastação de maneira geral. Então são muitos os problemas graves que encontramos nessa serra, e ultimamente são freqüentes. Quando nós iniciamos esse projeto [Projeto Imagens

Regionais do Piemonte da Diamantina] **há três anos atrás é... as evidências de destruição não eram tantas, mas hoje elas estão acontecendo com muita frequência, inclusive no passado demorava muito pra acontecer um incêndio de grandes proporções, hoje não. Inclusive, hoje têm acontecido incêndios de menores proporções, mas com mais frequência e em regiões diferenciadas”.**

Embora não tenham sido citados pelos entrevistados, as atividades antrópicas realizadas ao longo da Serra de Jacobina, como a agropecuária, barragens, entre outros, causam diversos impactos, que interferem sobremaneira no meio ambiente dessa região. Acarretam danos não só às áreas naturais, mas também à população humana.

A maioria dos representantes da população tem consciência de que os impactos ambientais atingem tanto os ecossistemas naturais, como também a eles próprios. Dentre os diversos problemas indicados pelos mesmos, três merecem destaque: a seca, que, segundo eles e a própria população, vem se agravando a cada ano que passa, tomando proporções gravíssimas, as queimadas e o desmatamento, técnicas comuns de preparo e limpeza da área para plantio, herdada dos primeiros habitantes. No entanto, após séculos de exploração, os recursos naturais atingidos por esse tipo de atividade, como a água e o solo, começam a dar os primeiros sinais de esgotamento, destacando-se: rios assoreados, matas ciliares praticamente perdidas, erosão, empobrecimento dos solos.

Segundo o vice-presidente da associação do Mocó e comunidades vizinhas, a falta de água decorrente do desmatamento constitui problema grave:

“desmatamentos em locais indevidos, locais que eu acho, em meu pensamento, que não deveriam ser desmatados. Por exemplo, próximo às nascentes e às matas dos rios [matas ciliares], porque quando se desmata nesses locais, o rio seca ou acaba secando, e aí, além do problema do rio que secou surge outros problemas mais”.

Mesmo os 03 entrevistados (11%) que desconhecem a existência de problemas ambientais, admitem, contraditoriamente, que em muitos lugares as plantações têm sido cuidadas com adubos e pesticidas (fato este que não ocorria antes, segundo os mesmos) e que trechos do rio vêm secando e reduzindo a profundidade ao longo dos anos. Durante as observações, foi possível notar que as matas ciliares se encontram destruídas em muitos lugares, causando o assoreamento dos rios, o que explica os problemas verificados.

A partir da pesquisa, pode-se constatar que, apesar das pessoas perceberem os problemas ambientais e inclusive alguns grupos já estarem iniciando trabalhos voltados à conservação da Serra de Jacobina, como é o caso da UNIPEC, as atividades predatórias continuam acontecendo. Para muitos, a necessidade de sobrevivência da população e a própria falta de orientação podem ser as principais causas desse fato, como expõe o representante dos produtores rurais de Zumbi,

“o principal responsável por essa agressão ambiental, por esse dano ambiental, chama-se pobreza. A pobreza hoje, a necessidade de sobrevivência, a falta de

conhecimento do produtor rural da nossa região apressa isso. Então eu acho que investimentos tenham que ser feitos na questão da redistribuição de renda, na questão da educação, na educação básica, na educação específica é... ambiental e na adoção de novos modelos econômicos”.

Observou-se também o aspecto da cultura da caça, captura e venda de animais silvestres. Os representantes das associações de moradores demonstram conhecer que essa prática é crime, no entanto, alguns alegam que a população caça para se alimentar ou vender nas feiras livres dos municípios, podendo assim sustentar suas famílias. Outros dizem que não caçam nem deixam ninguém caçar e chegam mesmo a fazer denúncias de pessoas que desenvolvem esta prática. As observações mostraram que entre os principais animais caçados ou aprisionados, estão os pássaros e mamíferos (em especial, o tatu). Os entrevistados queixaram-se que os órgãos ambientais e governos não têm um programa de educação e fiscalização, específico para a realidade local que possa coibir esses crimes ambientais.

Devido à ausência de estrutura ou planejamento, visitação turística das áreas naturais na Serra de Jacobina também já começa a causar danos ambientais à região. Um exemplo disto é a Cachoeira da Fumaça, a qual tem atraído um número cada vez maior de turistas nos últimos anos, inclusive de outras regiões. Segundo o representante da UNIPEC, os períodos com maior fluxo turístico correspondem às festas de ano novo, natal, carnaval e semana santa. Inclusive, afirmou, já ter contabilizado mais de 200 pessoas acampadas ao redor da cachoeira durante esses

feriados, especialmente durante o carnaval. O representante da Associação de Moradores de Lutanda e Fumaça, considera que isto causa diversos transtornos para o local e seus habitantes, pois os visitantes se acidentam, desmatam para acampar, poluem a água, invadem as propriedades sem autorização, escrevem nas rochas e árvores, utilizam-se de bebidas alcoólicas sem controle, prostituem-se, usam drogas, partindo e deixando para trás todo tipo de lixo, como embalagens plásticas, papel, vidro, latas de alumínio e restos de comida.

O turismo vem se desenvolvendo de forma pontual ao longo da Serra de Jacobina, nos últimos anos, por “aventureiros” que se dispõem a enfrentar as dificuldades impostas pela Serra e pela falta de infra-estrutura, impulsionados pela onda dos esportes radicais e pela beleza da vida natural, ambos disseminados pelos meios de comunicação, além das informações oriundas dos relatos de parentes e amigos que viveram uma experiência desta natureza. Por não haver um planejamento, a atividade turística sem controle, sem investimentos, sem geração de renda para a população, atua como mais um agente causador da degradação da área.

O planejamento adequado deve contemplar estratégias de gestão, fundamentadas por estudos de capacidade de suporte, no envolvimento da comunidade, na viabilização de infra-estrutura adequada e não impactante, e, no estabelecimento de normas que regulamentem o processo de gestão turística. Tais elementos são fundamentais a fim de que a atividade turística possa contribuir para a conservação do meio natural e para a adoção de uma política de sustentabilidade.

Só assim o ecoturismo poderá contribuir de forma significativa para o bem estar da comunidade e para a conservação e recuperação de áreas degradadas, através de contribuições financeiras, geração de empregos alternativos, desenvolvimento da consciência ambiental, estabelecimento de medidas de controle, atividades educativas e científicas, e geração de valor agregado a áreas de expressivo patrimônio natural e cultural. Além disso, a necessidade de preservação pode levar à criação de Unidades de Conservação e de outras áreas de preservação ambiental nas diferentes esferas da administração - federal, estadual e municipal.

7.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A necessidade de conservação da Serra de Jacobina parece ser evidente para as comunidades existentes à sua volta. Primeiro, porque é dali que tiram seu sustento e o de sua família, além da água que utilizam para aplacar a sede e irrigar as plantações e suprir os rebanhos. Em segundo lugar, a utilização indevida dos recursos naturais ali existentes, durante um longo e contínuo período de exploração exacerbada, começam a dar seus primeiros sinais de alerta, como já foi mencionado. Terceiro, porque a informação que chega até eles, através da mídia falada e escrita, é muito clara quanto à necessidade de conservação do meio natural e de seus recursos para a garantia da sobrevivência das presentes e futuras gerações. Finalmente, porque a disseminação da educação, não só no meio urbano, mas também no meio rural, contribui para isso, especialmente, devido à existência do curso de Biologia na UNEB/Campus VII e à criação da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim.

Ressalta-se que os cursos oferecidos pelas instituições de ensino atendem estudantes de toda a região contribuindo, de forma relevante, para o despertar da necessidade de conservação do ambiente. Através de suas disciplinas e atividades, as quais, muitas vezes, estão voltadas para a pesquisa sócio-ambiental e para o desenvolvimento de técnicas sustentáveis de agricultura e pecuária, forma profissionais e cidadãos conscientes da necessidade de se estabelecerem relações harmônicas entre o ser humano e seu meio ambiente.

A atuação desses profissionais formados na própria região, na maioria das vezes como técnicos agrícolas ou como professores, contribui para a disseminação dos princípios da sustentabilidade fortalecendo a nova visão, que já é perceptível.

Cerca de 92% dos entrevistados, incluindo os prefeitos, representantes de associações, órgãos ambientais, instituições de ensino e ONG, acreditam que a educação ambiental voltada para conservação da Serra e para a sensibilização das pessoas com relação aos problemas ambientais é importante, pois como ressaltou o representante do CRA, é dessa serra que a maioria retira o seu sustento. Apenas cerca de 8% acreditam que a educação ambiental tem pouca importância, pois, as pessoas já têm consciência da necessidade de proteção do “meio ambiente”. É necessário, portanto, punições severas para que os problemas ambientais da região sejam resolvidos.

Para o prefeito de Antônio Gonçalves

“os trabalhos que visam a conservação da serra são importantes; no entanto, é preciso agir com severidade quanto aos causadores dos problemas ambientais”.

Para a maioria dos representantes das associações, tanto os órgãos ambientais quanto as prefeituras deveriam ser mais atuantes, pois a população, apesar de consciente da necessidade de conservação do “meio ambiente” não tem acesso as orientações que lhes permitam atuar na prática. Segundo o representante da Associação do Mucambo:

“a orientação é importante. Porque, por exemplo, se o produtor vai plantar dentro da caatinga, ele tem que saber a área de plantar e a área a ser preservada para não destruir todo o meio ambiente; porque se ele destrói tudo, ele vai tá prejudicando a ele próprio e a sua família”.

A representante da Associação de Produtores e Moradores Rurais de Bananeiras afirma:

“eu acho que falta uma maior participação dos órgãos ambientais e da Prefeitura, pois é preciso investimento, orientação e fiscalização, senão a coisa desanda e você pode ver que aqui os problemas são muitos”

Associada à ampliação da oferta de energia elétrica, em muitas casas, mesmo as de construções mais precárias, antenas parabólicas são utilizadas para melhor recepção das imagens na TV. A informação tem chegado à comunidade, seja pelo rádio ou pela TV, não dependendo, portanto, apenas da transmissão “boca a boca”. Como afirma o representante da Associação de Mulungu:

“a gente sabe da necessidade de proteger o meio ambiente, o que nos falta é a orientação de como fazer”.

A educação ambiental deve promover a compreensão da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade, proporcionando às pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, desenvolver o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias à proteção e melhoria da qualidade ambiental. Nesse contexto, as atividades educativas devem buscar a sensibilização quanto aos problemas ambientais existentes na Serra de Jacobina e estimular a implementação de ações locais, inovadoras e criativas que visem a superação da miséria, da pobreza, do desemprego, da destruição dos recursos naturais, despertando em cada indivíduo o sentido de “pertencimento”, participação e responsabilidade com o ambiente.

Ao estimular a participação do cidadão na construção de alternativas e soluções dos problemas ambientais existentes na região, a educação ambiental estará contribuindo para que cada indivíduo investigue, reflita e aja sobre os efeitos e causas desses problemas, tornando-o partícipe da organização e gestão ambiental.

As atividades de educação ambiental devem ser desenvolvidas em todos os níveis, envolvendo os estudantes, a população residente, os comerciantes, as autoridades locais e também os turistas. No ensino formal, proporcionará o contato dos alunos com a realidade local, sensibilizando-os para os problemas locais, regionais e globais e contribuindo para a modificação dos padrões de comportamento e consumo das crianças e dos jovens, a fim de torná-los agentes no processo de construção de uma melhor qualidade de vida e de um adequado relacionamento com o meio natural. No ensino não-formal, por sua vez, deverá buscar sensibilizar a coletividade para a resolução das questões ambientais, estimular sua organização e participação na

construção de políticas públicas consistentes e na defesa da qualidade do meio ambiente.

É verdade, porém, que apesar da importância da educação ambiental, esta, por si só, não é capaz de resolver todos os problemas gerados pelo uso abusivo dos recursos naturais. Fazem-se necessários, além de uma mudança de concepção, mecanismos econômicos que conservem e valorizem esse novo modo de pensar e agir.

A população que vive na ao longo da Serra de Jacobina, tem ali o seu espaço de moradia e subsistência, onde planta, colhe e cria o rebanho. E foi ali que aprendeu com os seus ancestrais as técnicas arcaicas, predatórias, de baixo custo e fácil uso que utiliza hoje para garantir sua sobrevivência. O vínculo com aquele ambiente já nasce com ele e não é prazeroso para um filho da terra, ver o lugar onde nasceu e se criou se esvaindo devido a uma relação desarmônica com esse espaço. Por outro lado, se este habita próximo a uma nascente e não tem outra alternativa de sobrevivência, com certeza vai retirá-la do local onde está vivendo para manter sua família; e se para isso for necessário degradar, sem sombra de dúvida ele irá fazê-lo.

Assim, para se mudar a concepção de utilização predatória dos recursos naturais, entranhada na cultura da comunidade, por uma postura sustentável, é necessário, além da educação ambiental, a criação de subsídios econômicos que gerem oportunidades de emprego e renda para o homem do campo. Porque é praticamente impossível para o ser humano agir de maneira correta com referência ao meio natural de barriga vazia.

Neste sentido trabalhos que associam a educação ambiental ao desenvolvimento sustentável estão sendo propostos, realizados e gerando frutos que culminam com a convivência pacífica entre o ser humano e o seu meio natural.

7.4 POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

Existe um consenso geral sobre a existência de potencialidades turísticas na região; todos os entrevistados, quer sejam representantes da comunidade ou de órgãos públicos e ONG, sem exceção, indicaram um ou mais locais da Serra como detentores dessas potencialidades.

Os representantes das associações apontaram, de forma geral, as cachoeiras e rios, como principais atrativos. Os órgãos ambientais, entidade de ensino e prefeitos, apontaram uma série de atrações turísticas, que vão desde a biodiversidade até o formato do relevo, que confere uma feição bastante exuberante à Serra de Jacobina. O prefeito de Senhor do Bonfim ressaltou que a cultura das comunidades que aí vivem também é elemento de grande potencialidade turística.

Um depoimento enriquecedor a respeito da existência de atrativos turísticos na Serra de Jacobina pode ser observado na entrevista do presidente da UNIPEC:

“Sem dúvida! Primeiro, porque ela não é uma região superpovoada; a população dela é pequena. E depois, porque ela dispõe de elementos naturais muito importantes, que podem transformá-la numa região turística [...] Em termos de rios, é uma região entrelaçada por rios, começando pelo município de Pindobaçu, que é basicamente uma

ilha, formada pelo Itapicurú Açu, que nasce na cidade de Mirangaba e o Rio do Aipim. Ambos delimitam o território de Pindobaçu. Só em Pindobaçu, são mais de 20 cachoeiras e algumas outras que não foram catalogadas. Pindobaçu tem a Cachoeira da Fumaça, que é uma das maiores da Bahia. Ela só perde, basicamente, pra Cachoeira de Lençóis (a cachoeira da Fumaça, de Lençóis).

[...] Indo para Campo Formoso, outras belezas iremos encontrar [...] Sua vegetação é ainda muito rica. Em Campo Formoso nós encontramos um dos rios mais importantes e interessantes da região, que é o rio Pacui. É o espelho d'água da região, sua água é totalmente cristalina e a gente pode enxergar o fundo do rio.

[...] a gente tem Antônio Gonçalves, com o rio Aipim, onde nós temos a cachoeira dos Apertados e outras belezas interessantes, como o vale do Mucambo e as bacias do rio Aipim, que formam a lagoa grande. [...] Em Senhor do Bonfim, nós temos toda uma cadeia de serras com inúmeras nascentes. Serras como a de Missão do Sahy onde nós já temos pista pra Asa Delta, através de rampas naturais. Aqui nós temos um dos maiores espaços aéreos pra prática do aerodelismo, assim como pra prática da asa delta.

[...] e ainda peculiaridades como a cachoeira que faz divisa entre Senhor do Bonfim e Jaguarari, que fica na região do Mulungu. Ainda na região da Barroca do Faleiro existem diversos riachos, trilhas naturais pra quem gosta de fazer caminhadas e a existência de galerias de mineração de 1913; [...] nestes vales existem remanescentes indígenas, histórias, lendas e casarões históricos. Então são muitos elementos que a gente tem para poder desenvolver o ecoturismo nessa região”.

Durante a realização das entrevistas foi constatada a riqueza do patrimônio natural e cultural da Serra de Jacobina, conforme se evidencia na descrição dos mesmos nas páginas que se seguem. Essa descrição resulta da sistematização das informações obtidas a partir das entrevistas e observações realizadas.

Patrimônio Natural

Aqui se pode destacar a própria biodiversidade da serra, representada pelos ecossistemas ali presentes: ecótono de floresta estacional, caatinga arbórea e refúgios ecológicos (campos rupestres), representados pelas belas orquídeas e bromélias existentes na região e pelas madeiras de lei, a exemplo do cedro, ingá, jequitibá, entre outros. Além disso, a beleza de suas serras, canyons, paredões rochosos, rios e cachoeiras.

São inúmeras as serras de rara beleza encontradas na região. Como exemplos, podemos citar a Serra de Santana, o Monte Tabor e a Serra da Paciência.

Serras

Serra de Santana - localizada no distrito de Carrapichel (Fig. 17), a cerca de 7 km de Senhor do Bonfim, está entre as mais altas da região, com 1113m de altura (VALE e CARVALHO, 2001). Apresenta os três tipos de ecossistemas existentes na área, possui

as ruínas de uma antiga estação de mineração de manganês, que ali funcionou por volta da II guerra mundial, e apresenta uma das mais belas visões panorâmicas da região.



Figura 17. Construções típicas da zona rural, tendo ao fundo a Serra de Santana.

Entre suas peculiaridades pode-se citar a busca de penitência realizada pelos moradores de suas redondezas, ao subir as encostas íngremes, na sexta-feira santa. Segundo a lenda local, contada pelos moradores mais antigos, existe um bezerro de ouro no topo desta e quem o achar tornar-se-á extremamente rico. Na verdade, a riqueza está na visão proporcionada a quem consegue chegar ao topo, a qual permite contemplar olhos d'água (nascentes que dão origem a córregos, rios e riachos e que afloram à superfície ao longo da Serra, pelo relevo ondulado, formando vales profundos), a biodiversidade, especialmente a vegetação rasteira de galhos retorcidos característica de campos rupestres, a florística, representada por orquídeas e bromélias e o topo tabular e solo escuro devido à decomposição de suas rochas.

Monte Tabor (Monte da Missão¹) – situado no distrito de Missão do Sahy, a cerca de 8km de Senhor do Bonfim (Fig. 18). Caracteriza-se, além de suas belezas naturais e da visão sublime da região, por possuir uma capela no topo, onde há romaria dos dias da semana santa, principalmente na sexta-feira. Nesse período, a população de grande parte do município para lá se dirige em busca de penitência.



Figura 18. Pôr do sol visto do alto do Monte Tabor.

Em suas encostas situa-se o distrito de Missão do Sahy, localidade das mais antigas da região, oriunda do início do povoamento da área. Em suas proximidades situava-se o aldeamento dos índios Pataxós, primitivos habitantes do município, catequizados pelos franciscanos, que lá erigiram convento e igreja sob a proteção de Nossa Senhora das Neves. Ainda hoje muito de suas histórias podem ser lembradas nas ruínas de suas construções.

¹ Monte da Missão é a denominação utilizada pela maioria da população da região.

Escavações arqueológicas recentes resgataram muito da história dessa localidade, principalmente no que se refere ao modo de vida dos índios Pataxós.

Serra da Paciência - localizada no município de Pindobaçu, possui uma vegetação rica em orquídeas e bromélias. Devido à altura, mais de 1000m, oferece uma ampla vista panorâmica do entorno de Pindobaçu, além dos seus chapadões, canyons, vales e paredões rochosos (Fig. 19). Esse lugar se destaca por ser um dos mais belos da Serra de Jacobina.



Figura 19. Serra da Paciência.

Além dessas serras, destacam-se diversas outras, a exemplo da Serra da Fumaça, Serra da Água Branca, Serra do Mamão, Serra do Gado Bravo, Serra do Caboclo, Serra do Mucambo e Serra da Varginha.

Cachoeiras e Quedas D'água.

Durante a pesquisa, foram visitadas por volta de quinze cachoeiras, das mais variadas alturas, larguras e formatos, todas de beleza exuberante, Destas algumas merecem destaque, como:

Cachoeira da Fumaça - situada no município de Pindobaçu é a mais conhecida da região, atraindo visitantes de vários lugares como Petrolina (PE), Salvador (BA), entre outros. Os visitantes muitas vezes são movidos pela possibilidade da prática de esportes radicais, como o rapel (Fig. 20), uma vez que, devido à altura de sua queda d'água – 65m (Poço Estrela, fig.21), – esta proporciona espaço adequado para a prática desse esporte.

No entanto, segundo os moradores da região, a visitação, que vem crescendo a cada ano, tem provocado diversos danos ao ambiente, como o despejo de lixo não biodegradável, desmatamento, prostituição, drogas e acidentes, com risco de morte, como o que aconteceu recentemente com um jovem da cidade de Senhor do Bonfim.



Figura 20. Rapel na Cachoeira da Fumaça.



Figura 21. Poço Estrela.

Cachoeira do Poço Pelado - situada também no município de Pindobaçu. É dotada de rara beleza, tanto pelo canyon formado a jusante desta, quanto pela própria queda d'água, que forma uma imensa bacia natural (Fig. 22).

Cachoeira do Mulungú – situada no povoado de Mulungú, entre os municípios de Senhor do Bonfim e Jaguarari. Possui uma queda d'água de aproximadamente 7m e forma uma bela bacia na base, onde existe um paredão rochoso, que lhe dá a forma de um grande caldeirão (Fig. 23).

Cachoeira do Gado Bravo - localiza-se na Serra de mesmo nome, no município de Senhor do Bonfim. De águas gélidas, se destaca pela quantidade e exuberância das samambaias de metro que existem ao seu redor.



Figura 22. Cachoeira do Poço Pelado.



Figura 23. Cachoeira do Mulungú.

Os rios, apesar de intermitentes, são um capítulo à parte na composição do cenário exuberante dessa serra, em virtude de suas curvas, corredeiras e matas ciliares, as quais se encontram extremamente agredidas. Como exemplos de rios importantes temos o rio Itapicuru, o rio Itapicuru Mirim, o rio Aipim e o rio da Prata.

Patrimônio Cultural

Apesar de muitas das manifestações culturais tradicionais da região não despertarem o interesse de boa parte da nova geração, a cultura e a história da região ainda se mantêm vivas, representadas nas antigas construções erigidas pelos primeiros povos que a habitaram, nas tradições seculares que caracterizam as comunidades dessa área geográfica e que alguns lutam para manter vivas. Entre essas tradições, pode-se citar:

São João de Senhor do Bonfim - Comemorado durante os festejos juninos, comuns em todo o nordeste. Realizado em meados de junho, é um dos eventos mais tradicionais da cidade, caracterizado pela grandiosidade da festa. Segundo a Prefeitura Municipal, a população da cidade praticamente dobra durante a festa, que atrai turistas de todas as partes do país, especialmente da capital do Estado. As atrações musicais são constituídas por artistas do cenário nacional. Além disso, há instalação de barracas de comidas e bebidas típicas, apresentação de sanfoneiros, grupos de calumbi, desfile em carroça de burro, fogueira, realização de guerra de espadas e casamento matuto (Figuras 24 e 25).

Santo Antônio de Campo Formoso - festa realizada durante as comemorações em louvor ao Santo (ocorre entre 10 e 13 de junho), constitui evento dos mais significativos do município, além de possuir um forte conteúdo religioso em louvor ao padroeiro local. É uma das festividades de maior apelo popular. Consta de trezena e missa solene, ambas ricas em cânticos e orações, além de um tradicional arraiá, com barracas padronizadas e palco, onde se apresentam os cantores e bandas do cenário nacional, peças teatrais, quadrilhas e banda de pífanos.



Figura 24. São João de Senhor do Bonfim



Figura 25. Guerra de espadas

Feira livre de Senhor do Bonfim – sua origem está ligada ao ciclo do gado. É uma das maiores do Nordeste em tamanho e em diversidade de produtos. Acontece todos os dias da semana, intensificando seu movimento às sextas-feiras e, sobretudo, aos sábados. Atrai consumidores e vendedores de toda a microrregião, movimentando a cidade e seu comércio. Nessa feira livre diversos produtos são comercializados, especialmente artesanato (de cipó, palha, sisal e madeira), comidas típicas (doces, beiju, acarajé), carnes, laticínios, verduras e legumes, produtos agropecuários, couros, cerâmica, utensílios domésticos, confecções e calçados. Além disso, tem grande importância cultural e econômica, funcionando também como agente indicador dos reflexos do clima do município e da sua condição econômica. Na época de chuva, por exemplo, seu tamanho aumenta muito em virtude do aumento produção agrícola da região. Representa um ponto de encontro na cidade, sendo que algumas pessoas vão à feira apenas para passear, ver o movimento e conversar. Nela é possível encontrar tipos característicos como as baianas e os vaqueiros com chapéu de couro. (Fonte: Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim).

O folclore da região também merece destaque, incluindo: o Reisado, manifestação em louvor ao Reis Magos, primeiros adoradores de Jesus; o Samba de Lata, manifestação folclórica, na qual uma mulher bate numa lata vazia, emitindo som para que outros participantes, sambem em volta; Ajuntando, espécie de samba de roda, em que pessoas batem palmas em ritmo acelerado para que homens dançam com mulheres e homens dançam com homens, dando umbigadas uns nos outros; e, a Roda de São Gonçalo, de cunho religioso, de tradição ibérica e praticada normalmente como forma de pagamento de promessas e compostas por componentes, sempre em número par, que cantam e dançam ao som de violão e pandeiros.

As lendas, já quase esquecidas, também merecem destaque. Uma delas é a lenda de Santo Antônio, segundo a qual a primeira igreja construída para o Santo ficava na colina da Gameleira (Município de Campo Formoso). Era uma igrejazinha antiga, toda de pedra, que segundo a tradição, foi construída pelos jesuítas, com a ajuda dos indígenas paiaiás. De lá, segundo a lenda, o santo fugia para o Monte Alecrim e ficava sobre um Jenipapeiro. Isto aconteceu várias vezes, de maneira que os fiéis compreenderam que Santo Antonio queria ficar naquele local. Então, ali fizeram uma nova igreja e a povoação para lá se mudou, dando início à sede atual de Campo Formoso.

A culinária também deve ser ressaltada, por ser bastante variada e incluir contribuições de indígenas, negros e portugueses. São exemplos de pratos típicos o acarajé, a rapadura, o mel de engenho, o mocotó de boi, a buchada, o beiju, os doces

de batata, de goiaba, de jaca, e de umbu, fubá de milho, licores de cravo e jenipapo, entre outros.

Um **tipo humano**, bastante conhecido, mas que se encontra em extinção, é a benzedeira a qual, através de orações e inúmeras simpatias, cura de torção a dor de ouvido e mau olhado.

Muitos **imóveis** construídos e que representam a cultura e a história da região encontram-se abandonados ou em ruínas e muitos conservados por seus responsáveis. Fazem parte deste acervo a Igreja de Nossa Senhora da Ponte do Cabobori (Campo Formoso), datada do século XVII e já em ruínas; a Catedral Diocesana de Senhor do Bonfim, construída em 1812; a estação ferroviária de Senhor do Bonfim, reformada e inaugurada em 14 de maio de 1944; e, o Chafariz da praça Alexandre Góis, também em Senhor do Bonfim, construído no fim do século XIX.

O prédio da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim (Figuras 26 e 27) é uma construção do início do século XIX, reformada, em 1891. Ali funcionaram, a cadeia municipal, a câmara de vereadores, o fórum e a Prefeitura do Municipal, que permanece até hoje. Na época, constituía uma das construções mais imponentes do interior da Bahia.



Figuras 26 e 27. Prédio da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim.

Entre os imóveis, merecem destaque os engenhos de cana de açúcar existentes na região, como o de Pindobaçu, que data do início do século XIX, e os existentes no povoado de Curandeira (Senhor do Bonfim), que ainda funcionam através de tração animal, mantendo os mesmos processos de beneficiamento da cana-de-açúcar do período colonial.

Esses atrativos turísticos, patrimônios naturais, culturais e sociais da região, são apenas alguns exemplos das diversas potencialidades turísticas da Serra de Jacobina e das aglomerações urbanas que se encontram à sua volta. Apesar disso, nenhuma das quatro prefeituras consultadas possui plano elaborado para o desenvolvimento do turismo sustentável na área, salvo a de Campo Formoso. Esta prefeitura se encontra em estágio mais avançado quanto à perspectiva turística, embora sem direcionamento para as potencialidades da Serra de Jacobina, mas para as grutas e cavernas, que se destacam entre as mais belas e maiores do Brasil, como é o caso da Toca da Boa

Vista. Esta gruta já possui cerca de 100km de sua extensão mapeada e, segundo os espeleólogos, deve possuir por volta de 200km de extensão.

Pode-se perceber que os atrativos turísticos encontrados na região da Serra de Jacobina podem ser utilizados para o desenvolvimento do ecoturismo, o qual, poderá e deverá estar associado a diversos tipos de atividades que possam colaborar de forma positiva para o desenvolvimento sustentável da Serra de Jacobina. A exemplo do turismo de aventura, em que diversas atividades poderão ser realizadas, como trekking, mountain biking, asa delta, paraglyder, cicloturismo; turismo rural, onde o turista vive o dia-dia da propriedade; turismo esotérico, viagem que envolve atividades ao ar livre e motivação mística, espiritual ou sobrenatural; turismo eqüestre/tropeirismo, atividade que envolve passeios a cavalo; observação de fauna e flora, atividade voltada para a observação de espécies silvestres; e estudos do meio, visitas com fins claramente educacionais, realizadas em geral por público escolar.

7.5 ECOTURISMO ASSOCIADO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ao serem perguntados se o ecoturismo associado à educação ambiental poderia atuar como agente para o desenvolvimento sustentável da região, novamente as repostas foram positivas.

Os prefeitos de Pindobaçu e Senhor do Bonfim informaram que, apesar de não possuírem nenhum projeto elaborado neste sentido, já estão se movimentando em

busca do desenvolvimento turístico local, e que sem dúvida, a educação ambiental associada ao ecoturismo é propícia ao desenvolvimento sustentável da região. A prefeita de Campo Formoso afirma que a educação ambiental associada ao ecoturismo é bastante relevante para o desenvolvimento sustentável da região, ressaltando, inclusive, que já desenvolve projetos destinados à implantação do turismo nas grutas e cavernas existentes no município.

Os representantes das associações admitem que a educação ambiental associada ao ecoturismo é muito importante para o desenvolvimento econômico da região. No entanto, enfatizam que é necessária a fiscalização, como argumenta o presidente da Associação de Mucambo:

“Além da educação ambiental, é necessário que se desenvolva uma fiscalização mais atuante porque, mesmo com a orientação e desenvolvimento econômico, ainda existem aqueles que insistem em cometer o erro. Então, para estes, só vai com punição e cadeia”.

O representante da Associação Comercial de Campo Formoso ressalta a importância da qualificação da mão de obra que atua em turismo:

“com certeza, isso é um ponto fundamental para que possamos ter uma mão de obra qualificada, uma mão de obra em que a gente não tenha a degradação do meio ambiente. E acima de tudo, nós vamos trazer pessoas com um poder aquisitivo relativo. Eu acredito hoje [o turismo] é... a coqueluche do momento e, por assim se dizer, a visão de preservação tá sendo muito massificada. E o ecoturismo, aqui na nossa região ele pode ser uma ponte altamente viável para que possamos fazer com que a nossa cidade e a nossa região tenham uma economia melhor, de aumento na nossa renda per-capita”.

Também o relato de uma pesquisadora da região, obtido informalmente reforça esse posicionamento.

“O desenvolvimento do ecoturismo auxiliado pela educação ambiental seria muito bom; não só pelos aspectos naturais que a serra apresenta, mas também por que ajudaria a recuperar a cultura desta região, que em muitos lugares já se encontra praticamente perdida”.

Os representantes de órgãos ambientais, entidade de ensino e ONG afirmaram que se não houver planejamento e educação, dificilmente o ecoturismo poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, conforme declarou o representante do SRH:

“desde que exista uma conscientização e uma preocupação daqueles a quem cabe, prá que o turismo não seja extrativista, sem orientação, um turismo aleatório de pessoas sem compromisso e até que não entendam daquilo que estão fazendo e possam depredar o meio ambiente, é importante sim. É claro, e isso iria aumentar é... a captação de recursos aqui prá região, no meio hoteleiro, nos restaurantes, até das próprias pessoas que moram no interior do município, que podem servir de guia nas atrações. Então, não é só preciso haver o turismo, e não só haver uma preocupação com a economia, mas é preciso haver uma preocupação com a educação e também com a fiscalização, porque senão isso pode a vir não surtir o efeito que nós esperamos. Pode o turismo acontecer e, num determinado tempo, o meio ambiente pode vir a sofrer agressão do ser humano desinformado e que não tem a informação que ele necessitaria ter pra conviver em paz com o ambiente que ele vive”.

Como é possível perceber, os entrevistados consideram necessária a associação entre o ecoturismo e a educação ambiental como agentes do desenvolvimento sustentável da região. Mesmo que, com relação a alguns poucos, se note um interesse econômico por trás de seu posicionamento, a maioria acredita que o ecoturismo poderia propiciar a ação de forma comunitária.

Não é possível pensar em ecoturismo sem pensar em educação ambiental, já que esse, para ser considerado com tal, deve intencionalmente desenvolver a conscientização ambiental das diferentes partes envolvidas – operadores, turistas, residentes, empresas.

Nesta perspectiva, a educação ambiental e o ecoturismo terão um papel relevante na construção de uma nova cultura ambiental para as comunidades residentes locais. É através da educação ambiental que a comunidade da região terá maior conhecimento da sua realidade ambiental e mediante o ecoturismo, compreenderá que há outros usos para os recursos naturais além da sua exploração direta (exploração dos recursos minerais, da flora, da fauna e da terra), de forma que a paisagem, a fauna e a flora que fazem parte do seu cotidiano tenham valor de mercado bem maior do que se forem consumidos de forma direta e exarcebada.

CAPÍTULO 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado permite afirmar que a Serra de Jacobina, mais que uma unidade de relevo que atravessa os diversos municípios integrantes desta região, é elemento fundamental para a sobrevivência dos seres vivos que nela habitam. Ela influencia o clima, abriga as nascentes dos rios que vão formar a bacia hidrográfica do Rio Itapicuru (uma das mais importantes da Bahia), fornece habitat necessário à manutenção da biodiversidade local, possui solo fértil, propício para a agropecuária (elemento de maior importância econômica da região), bem como guarda dentro de suas entranhas minérios e pedras preciosas que contribuíram para atrair os primeiros habitantes da área e que, ainda hoje, constituem importantes elementos de extração.

As observações e entrevistas mostraram que os municípios possuem características sociais, econômicas, históricas, naturais e culturais semelhantes e que as constantes secas e a falta de uma política de investimentos atrelada à realidade da região, condiciona o processo de estagnação que a região vem sofrendo ao longo dos anos. Essa estagnação tem sido um obstáculo à melhoria da condição de vida da população, afetando diretamente a educação, a saúde e a economia, salvo a cidade de Campo Formoso que, segundo a prefeita, se encontra em expansão.

Os entrevistados vêm com bons olhos, os investimentos feitos pelos governos estadual e federal, como a construção de barragens de grande porte e programas agropecuários, vislumbrando um futuro promissor para a região.

As atividades antrópicas presentes na região (mineração, atividade agropastoril, barragens), muitas das quais desde o início de sua evolução demográfica (há mais de 400 anos), causam um grande impacto ao meio ambiente da Serra de Jacobina, a exemplo, das atividades agropastoris, queimadas e o desmatamento que têm provocado o assoreamento dos rios, perda de biodiversidade e de nascentes.

A atuação de profissionais formados na própria região contribui para a disseminação dos princípios da sustentabilidade o que já é perceptível nas entrevistas, onde a maioria dos entrevistados considera que os problemas ambientais existem e causam um grande transtorno a população do local. Esses apontam ainda, para a importância da educação ambiental como agente disseminador para a necessidade de conservação da Serra de Jacobina.

Para os representantes das prefeituras, associações de moradores e rede hoteleira, ONG e Instituição de ensino a população é bem informada quanto à necessidade de conservação ambiental, entretanto, faz-se necessário um trabalho de orientação mais consistente, sobre técnicas sustentáveis, que induzam respeito ao meio natural, além da intensificação da fiscalização. É possível perceber que os representantes têm o discurso afinado para a preservação e conservação, mas, na prática, fica claro que esses conhecimentos não são aplicados no dia-a-dia por falta de melhores condições de vida dos habitantes do local.

As observações e entrevistas evidenciam que a região da Serra tem potencial para o desenvolvimento do turismo, tanto pelo patrimônio natural quanto pelo patrimônio cultural existente no local e que a atividade turística já se desenvolve na Serra de Jacobina, ainda que de forma muito incipiente. Este fato tem despertado o interesse de órgãos e entidades da região, a exemplo de prefeitos e empresários, que percebem a viabilidade do turismo se constituir numa fonte de renda alternativa para a expansão econômica desta área geográfica, apesar de não possuírem nenhum plano elaborado para o desenvolvimento deste.

Os entrevistados vêem com bons olhos a implantação do ecoturismo associado a educação ambiental, seja pelos dividendos econômicos que essa atividade pode trazer, seja porque o ecoturismo pode ajudar a resgatar a cultura da região, que vem se perdendo ao longo do tempo. Além disso, a atividade turística ao elevar a natureza encontrada na Serra para a categoria de bem de serviço e consumo, contribuirá para sua conservação e recuperação, pois o atrativo principal é o próprio meio natural. No entanto, os representantes dos órgãos ambientais e instituição de ensino, alertam que sem planejamento e educação, dificilmente o turismo poderá contribuir para desenvolvimento sustentável da região.

Fazem-se necessárias, portanto, pesquisas multidisciplinares, planejamento prévio e o estabelecimento de diretrizes que devem diagnosticar e prever os resultados da atividade turística a partir de uma sistematização concreta dos aspectos ambientais positivos e negativos, bem como considerar a fragilidade e a capacidade da área de

receber tais atividades, para que o desenvolvimento deste não venha a se tornar um fator a mais de degradação ambiental.

Assim, um novo paradigma poderá emergir da mudança de postura e adoção de estratégias empresariais aliadas aos princípios da Educação Ambiental para a sustentabilidade, podendo tornar a prática do ecoturismo muito proveitosa e interessante, proporcionando beleza e diversão aliadas à cultura, educação e, fundamentalmente, à mudança de comportamento.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CASTRO NETO P.P., ROCCA, A. CASARINI D.C.P. e DIAS C. **Poluição do solo**. São Paulo: CETESB; 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

[CIMA] Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **“Educação Ambiental no Brasil: O desafio do desenvolvimento sustentável: relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília (DF): 1991.

COIMBRA, J.A. **O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental**. Campinas: Millenium; 2002.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O ecoturismo e os hóspedes da natureza. In BARRETO, Margarida; TAMANINI, Elizabete. **Redescobrimo a ecologia do turismo**. Caxias do Sul: Educs, 2002.

GUNTHER, W.M.R. Poluição do solo. In: PHILIPI Jr. A., PELICIONI M. C. F. (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005. cap. 8.

LUZZI, D. educação ambiental: pedagogia, política e sociedade. In: PHILIP Jr. A., PELICIONI M. C. F.(Org.). Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2005. cap.14.

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E.M. **técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990.

OMT/PNUMA. **Ordenacion de los parques nacionales y zonas protegidas para el turismo**. Madri:OMT, 1992. (serie de informes técnicos nº13).

RELATORIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO ITAPICURU (2000) - Relatório técnico de avaliação
ambiental, CRA, 43 p., il.

RICKLEFS, R. E. **Economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

ROCHA, G. E. T. **A quarta Pedra**. 1 ed. Salvador. Ponto e virgula publicações, 2001
– 144p.

RODRIGUES. A. B., (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São
Paulo: Contexto, 2003.

ROSSETO, O. C. & BRASIL JUNIOR A. C. P. **Paisagens pantaneiras e
sustentabilidade ambiental**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UnB, 2002.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio
ambiente**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2001.

SEI. **Superintendência de Estudos Econômicos e sociais da Bahia**. 1995.
Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 05 de maio de 2005.

SCT. **Secretária da Cultura e Turismo da Bahia**. 1995. Disponível em:
<http://www.sct.ba.gov.br>. Acesso em 01 de maio de 2005.

WTTC, WTO (World Travel and Tourism Council, world Tourism Organization) and
EARTH COUNCIL. **Agenda 21 for the travel and tourism Industry: towards
enviromentally sustainable development**. Londres: WWTC, 1995.

VIOLA, E. **As Dimensões do Processo de Globalização e a política Ambiental**.
XIX Encontro Anpocs, GT Ecologia e Sociedade, Caxambu, 1995.

WEARING, S., NEIL, J. **Ecoturismo impactos, potencialidade e possibilidades**.
São Paulo: Manole, 2001.

WILSON, E. O. **A diversidade da vida**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_____. **Biodiversidade.** Tradução, Marcos Santos e Ricardo Silveira – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO J.V. Poluição do ar. In: CASTELLANO E.G., CHAUDHRY F.H., (Org.). **Desenvolvimento sustentado: problemas e estratégias**. São Carlos: EEsc-USP; 2000. p. 138 -69.

BASSOI, J. L. Poluição das águas. In: PHILIPPI Jr. A., PELICIONI M. C. F. (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005. cap. 2.

BROWN, Lester. **“Perdemos mais espécies neste século do que nos últimos 65 milhões de anos”**, Salvador, 2001; entrevista publicada pelo Worldwatch/UMA – Universidade da Mata Atlântica. Disponível no site www.worldwatch.org.br

BRUNACCI A. e PHILIPPI Jr.A. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI Jr. A., PELICIONI M. C. F. (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005. cap. 10.

CASTRO e CANHEDO JR., 2005. **Educação ambiental como instrumento de participação**. In: PHILIPPI Jr. A., PELICIONI M. C. F. (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005. cap. 15.

CASTRO ML, GEISER SRA. **Educação ambiental: um caminho para a construção da participação nos conselhos de meio ambiente**. In: Philipipi Jr. A, Pelicioni MCF, editores. **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. São Paulo: Signus; 2000. p. 215-22.

CASTRO NETO P.P., ROCCA, A. CASARINI D.C.P. e DIAS C. **Poluição do solo**. São Paulo: CETESB; 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COIMBRA, J.A. **O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental**. Campinas: Millenium; 2002.

[CIMA] Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **“Educação Ambiental no Brasil: O desafio do desenvolvimento sustentável: relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Brasília (DF): 1991. CORIOLANO, L. N. M. T. O ecoturismo e os hóspedes da natureza. In BARRETO, Margarida; TAMANINI, Elizabete. **Redescobrimo a ecologia do turismo.** Caxias do Sul: Educs, 2002.

DIAS NETO, B., **Caixa d’água do Rio Itapicurú.** Bahia, 2005. p. 1-14. (Não Publicado).

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e meio ambiente.** – São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Educação ambiental: princípios e práticas,** - 7. ed. – São Paulo: Gaia, 2001.

DIAS, Genebaldo Freire. **Ecopercepção: um resultado didático dos desafios socioambientais.** São Paulo: Gaia, 2004.

Drew, D. **Processos interativos homem – meio ambiente.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

EJZMAN, E. L. Vida silvestre, turismo y otros products de los espacios naturalies. **In: Fauna Silvestre, turismo y otros products de lãs áreas silvestres.** XI CONGRESSO FLORESTAL MUNIDIAL, Antalya/Turquia: FAO (Food and Agricultura Organization of the United Nations), 13-22 oct. 1997. v. 3, tema 18.

EJZMAN, M. A. Planificación ecoturística y capacidad de carga. **Seminário Internacional Ecoturismo: políticas locais para oportunidades globales.** Santiago de Chile: Cepal/Governo do Chile, 24-25 de maio de 2001.

FARIAS, C. E. G. **Mineração e Meio Ambiente no Brasil,** Relatório Preparado parar o CGEE, PNUD.

FERRETI, Eliane Regina. **Turismo e meio ambiente.** São Paulo: Roca, 2002.

FULLANA, P. & AYUSO, S. **Turismo sostenible.** Barcelona: rubes , 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa em educação ambiental.** In: PHILIP Jr. A., PELICIONI M. C. F.(Org.). Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2005. cap.24.

GUNTHER, W.M.R. Poluição do solo. In: PHILIP Jr. A., PELICIONI M. C. F. (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri, SP: Manole, 2005. cap. 8.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil sócio econômico dos municípios brasileiros** [online]. Rio de Janeiro; 2000. Disponível em <URL: [http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

LINDBERG, K.; DONALD E. H. (Orgs.). **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão.** 4 ed. São Paulo: SENAC, 2002.
LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P.P.;CASTRO, R.S. (Org.). **Educação ambiental repensando o espaço da cidadania.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUZZI, D. educação ambiental: pedagogia, política e sociedade. In: PHILIP Jr. A., PELICIONI M. C. F.(Org.). Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2005. cap.14.

MAC NEIL, J. WINSEMIUS P., YAKUSHIJI T. **Para além da interdependência.** Trad. de Á. Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1992.

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E.M. **técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1990.

MUCCI, J. N. Introdução às ciências ambientais. In: PHILIP Jr. A., PELICIONI M. C. F. (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri, SP: Manole, 2005. cap. 2.
ODUM, E. **Ecologia,** Ed. Guanabara, 1983.

OMT (Organização Mundial de Turismo). **Desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo - Uma Compilação de Boas Práticas.** São Paulo: ROCA, 2004.

_____. **Declaración de Quebec sobre el ecoturismo.** Québec: OMT/PNUMA, 2002.

_____. **Lo que todo gestor deve saber: guia prática para el desarrollo y uso de indicadores de turismo sostenible.** Madri: OMT, 1996.

OMT/PNUMA. **Ordenacion de los parques nacionales y zonas protegidas para el turismo**. Madri:OMT, 1992. (serie de informes técnicos n°13).

ORGANIZACION MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). **Desarrollo turístico sostenible: guia para planificadores locales**. Madri: OMT, 1996.

SEBRAE, **Perfil socioeconômico municipal, Senhor do Bonfim – BA**. 2003.

PILON, A. F. Ocupação Existencial do Mundo: Uma Proposta Ecosistemica. In: PHILIPPI Jr. A., PELICIONI M. C. F. (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005. cap. 12.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002. 272 p.

PLANO DIRETOR DE RECURSOS HIDRICOS BACIA HIDROGRAFICA DO RIO ITAPICURU (1995), **Salvador, Secretária de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação**, SRH, Latin Consult, Documento síntese, 242 p: il.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RELATORIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAPICURU (2000) - Relatório técnico de avaliação ambiental, CRA, 43 p., il.

RIBEIRO,A. F. (1995), **Relatório Interno de Inspeção aos Garimpos de Esmeralda de Carnaíba (pindobaçu) e Socotó (Campo Formoso) Bahia: geologia e potencialidade econômica**, Salvador, CBPM.

RICHARDSON, R. J (Org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RICKLEFS, R. E. **Economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

ROCHA, G. E. T. **A quarta Pedra**. 1 ed. Salvador. Ponto e virgula publicações, 2001 – 144p.

RODRIGUES. A. B., (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

ROSSETO, O. C. & BRASIL JUNIOR A. C. P. **Paisagens pantaneiras e sustentabilidade ambiental**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UnB, 2002.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2001.

SOFFIATI, ARTHUR. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Org.). **Educação ambiental repensando o espaço da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.23-67.

THORNTHWAIT, C. W.; MATHER, J. R. **The water balance**. Centerton, N. J.: Drexel Institute of Technology – Laboratory of climatology,. 104p. (Publication in Climatology, v.8, n.1).

VALE, M. F. S. & CARVALHO, J. B., **Estudo dos ecossistemas da Serra de Santana e sua caracterização como subsidio para o desenvolvimento de projetos de preservação ambiental e turismo ecológico**. UNEB, 2000 – (Não Publicado).

VIOLA, E. **As Dimensões do Processo de Globalização e a política Ambiental**. XIX Encontro Anpocs, GT Ecologia e Sociedade, Caxambu, 1995.

WEARING, S., NEIL, J. **Ecoturismo impactos, potencialidade e possibilidades**. São Paulo: Manole, 2001.

WILSON, E. O. **A diversidade da vida**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_____. **Biodiversidade**. Tradução, Marcos Santos e Ricardo Silveira – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

WTTC, WTO (World Travel and Tourism Council, world Tourism Organization) and EARTH COUNCIL. **Agenda 21 for the travel and tourism Industry: towards enviromentally sustainable development.** Londres: WWTC, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS.

Apresentação

NOME –

IDADE -

PROFISSÃO –

ESCOLARIDADE –

PERGUNTAS

1 –Como o senhor considera a economia da região?

2 - O senhor acredita que na região da Serra de Jacobina existem impactos ambientais que influenciam na qualidade de vida da população e, portanto, devem ser resolvidos ou amenizados para que haja uma boa relação entre as comunidades e o seu meio ambiente?

3 - O senhor considera que trabalhos de educação ambiental, voltados para a conservação da Serra e para a sensibilização das pessoas quanto aos problemas ambientais, poderiam atenuar esses problemas ambientais existentes na Serra de Jacobina?

4 - O senhor acredita que a Serra de Jacobina possui potencialidades turísticas que possam ser desenvolvidas?

5 - O ecoturismo associado à educação ambiental poderia ser uma alternativa econômica de valorização, conservação e recuperação dos ambientes degradados (como as matas ciliares) da Serra de Jacobina?

APÊNDICE B

LISTA DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES CUJOS REPRESENTANTES FORAM ENTREVISTADOS.

Associação de Moradores e Produtores Rurais

Associação de Produtores e Moradores Rurais de Mucambo

Associação de Moradores e Produtores Rurais de Lutanda e Fumaça

Associação de Moradores e Produtores Rurais de Bananeiras

Associação de Produtores Rurais da Fazenda Mocó

Associação de Produtores e Garimpeiros de Socotó

Associação de Produtores e Garimpeiros de Carnaíba

Associação de Moradores e Produtores de Missão do Sahy

Associação de Moradores e Produtores de Barroca do Faleiro

Associação de Produtores e Moradores de Mulungu

Associação dos Produtores Rurais de Fundo e Fecho de Pasto

Associação dos Produtores Rurais de Serra das Pedras

Associação dos Moradores e Produtores de Vanvânia

Rede Hoteleira

Empresário da Rede Hoteleira de Senhor do Bonfim

Empresário da Rede Hoteleira de Campo Formoso

Associação de Comércio

Associação de Comércio de Senhor do Bonfim

Associação de Comércio de Campo Formoso

Associação de Comércio de Pindobaçu

Prefeituras

Prefeito de Antonio Gonçalves

Prefeito de Campo Formoso

Prefeito de Senhor do Bonfim

Prefeito de Pindobaçu

Entidade de Ensino

Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim

Órgãos ambientais

CRA – Centro de Recursos Ambientais do Estado da Bahia

SRH – Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SFC – Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de
Conservação

ONG

União Universitária Pelo Progresso da Educação e Cultura - UNIPEC